

**UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO**

**ADHAM FILLIPE MARIN**

**EU, JORNALISTA: O USO DA PRIMEIRA PESSOA  
NO DISCURSO JORNALÍSTICO  
CONTEMPORÂNEO**

BAURU  
2016

**ADHAM FILLIPE MARIN**

**EU, JORNALISTA: O USO DA PRIMEIRA PESSOA  
NO DISCURSO JORNALÍSTICO  
CONTEMPORÂNEO**

Monografia de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Jornalismo, sob orientação da Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Daniela Pereira Bochembuzo

BAURU  
2016

Marin, Adham Fillipe

M337e

Eu, Jornalista - o uso da primeira pessoa no discurso jornalístico contemporâneo / Adham Fillipe Marin. -- 2016.

87f. : il.

Orientadora: Profa. M.<sup>a</sup> Daniela Pereira Bochembuzo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. Jornalismo. 2. Objetividade. 3. Teoria. 4. Técnica. I. Bochembuzo, Daniela Pereira. II. Título.

**ADHAM FILLIPE MARIN**

**EU, JORNALISTA: O USO DA PRIMEIRA PESSOA  
NO DISCURSO JORNALÍSTICO  
CONTEMPORÂNEO**

Monografia de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Jornalismo, sob orientação da Profª Mª Daniela Pereira Bochembuzo

Banca examinadora:

---

Profª Mª Daniela Pereira Bochembuzo  
Universidade do Sagrado Coração

---

Profª Dra. Maria Cecília Martha Campos  
Universidade Paulista

---

Profª Mª Erica Cristina de Souza Franzon  
Universidade do Sagrado Coração

À Vitória, que me deu mais clareza  
para sentir.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma grande colcha de retalhos. É um discurso em que estão inscritos vários discursos, vários textos, intertextos e contextos. Nas suas linhas, muitas vozes, pensamentos, falas e silêncios encontrados, vividos e convividos ao longo de um pedaço de vida. Iniciar o agradecimento por esta concretização a alguém específico seria tolice. Antes de tudo, agradeço a todos que cruzaram meu caminho e têm, aqui, um pedacinho – por menor que seja – do que significou na formação do meu pensamento.

Eu não poderia enxergar além do meu nariz se não estivesse escorado sobre os ombros de grandes gigantes. Meus professores. Todos eles. Em especial, minha avó e professora mais significativa: Lúcia, obrigado por me dizer sempre que eu podia mais. Na graduação, cada um tem um espacinho especial: Ana Paula Dias, Mariano, Sandra Firmino, Fábio José de Souza, Lúcia Bilac Garrone; Renato Valderramas, Cleiton José Senem, Paulo Frederico; Deborah Cunha Teodoro, Maria Cecília Gomes, Jackson Valentim, Jéssica de Cássia Rossi, Fred, Mayra Fernanda Ferreira, Nair Nassarala, Fernanda Terezinha – aqui, há palavras, expressões, pensamentos e reflexões tecidas por cada um de vocês ao longo destes sete semestres de graduação. Muito obrigado.

Alguns me marcaram de maneira especial durante a graduação também: Lúcia e Marcelo, obrigado por me ensinar que os laços aqui criados sobrepujam o universo acadêmico; a alegria e dedicação de vocês pelo ensino e pesquisa me fazem querer enxergar o que meus olhos ainda não têm capacidade para ver. Érica, obrigado pelas conversas e discussões – conversar com você sempre me inspirou: sobre jornalismo, sobre o olhar e sobre a vida.

Minha família também foi parte integrante deste processo: meus pais, avós, meu tio e irmãos, que se metem a opinar sobre tudo – grandes batalhas ideológicas travadas na mesa da cozinha ou em qualquer outra parte da casa integram as passagens deste trabalho. Em especial: mãe, obrigado por sempre me corrigir com flexibilidade *foucaultiana* e por ser grande entusiasta de qualquer discussão.

Sem medo de ser dialeticamente exagerado, acrescento a este agradecimento todos os amigos que se tornaram família por laços invisíveis de amor: Giovana Vieira, Giovana Faria, Mariana Rissato, Ana Laura Dangió, Alexandra Dias, Júlia Veloso, Daniel Chan, Leonardo Rodrigues, Karime Kerdahi de Campos, Joyce Freitas, Bárbara Palmejani e a todos os amigos de Jacuba (SP) – vocês todos participaram ativamente destas linhas com ideias, retoques, dicas, muita paciência e até a escolha do título passou pelo crivo de vocês. Obrigado, de coração. Aos espíritos desencarnados de toda ordem que são amigos anônimos nos momentos de solidão, também deixo meu agradecimento.

Professora Doutora Katarini Giroldo Miguel, que quando eu conheci era apenas Katarini: obrigado por ler pacientemente este trabalho.

Ao “disciplina” e seus integrantes: Márcia Duran, Maria América Ferreira, Sandro Paveloski, Tatiana Calmon Borges e Maria Inês Faneco – grandes jornalistas, em teoria, prática e, acima de tudo, de grande coração. Peripécias que a tecnologia nos permitiu. Muito daqui também passou pela *timeline* de nossas conversas.

Samantha, não poderia deixar de te agradecer. Grande parte do que parcialmente concluo com a conclusão deste trabalho [parcialmente porque desejo a estas páginas uma incompletude permanente], devo às intermináveis madrugadas regadas a conversas sérias em ambientes nada sérios. Não só sobre isso. Sobre a vida, a práxis, a sociedade, a economia mundial, Deus e o diabo. Obrigado por ser tão insatisfeita.

À Dra. Maura Rosane Valério Ikoma, obrigado por estancar a sangria que fazia minha vida escorrer por entre os dedos. Sem sua dedicação continental, este trabalho teria parado na página 11.

Vovô, obrigado por tentar me ensinar que não há roteiros para viver. Isso certamente diz muito sobre o que sou, quero ser e, conseqüentemente, sobre este trabalho. Vó, obrigado por nunca parar e por sempre acreditar em si mesma. Por não deixar que te limitassem, você foi feminista antes de ser.

Aos amigos do Jornal da Cidade de Bauru que foram parte essencial de tudo isso.

Aos amigos do Esquadrão do Bem – Somos unidos no amor, por firmarem minha certeza de que a comunicação é, antes de tudo, uma grande mesa em que todos podem se sentar.

À Vitória, meu amor, pelos afetos partilhados. Você chegou em um momento de desalento e me lembrou que precisamos, também e acima de tudo, viver. Depois disso, tudo pareceu mais claro. Obrigado por dividir sua ternura e decantar comigo todas as ideias presentes neste trabalho – sem esse período de profunda reflexão sobre a vida, com certeza ele seria mais raso. A isso, somo a compreensão, o carinho e a paciência nas tardes de domingo. Com toda certeza, o amor amarra as diferenças. Você leu, releu, pontuou, opinou e discutiu diversos trechos desta pesquisa: e a você dedico este texto.

À minha orientadora, Professora Mestra Daniela Pereira Bochembuzo, às vezes só Dani e na maioria delas Dani Box, a quem devo cada linha aqui escrita. Obrigado por orientar. Muitas vezes, você me deixou desorientado e do caos surgiu toda a sistematização deste trabalho. De você, certamente levarei grandes lições de jornalismo, da vida, de linguagem, metodologias, de comunicação, de dialética, ética e estética. Se um dia tiver filhos, quero me dedicar a eles como você se dedica à Carol e à Juju. Continue minha amiga.

De certo, concluir este trabalho não é uma tarefa solitária. Dessas linhas emergem energias difusas e esforços conjugados de todo tipo. Embora esperem da ciência discursos distantes e objetividade aparente, este trabalho também foi um exercício de muito amor. Amor também por uma comunicação que cumpra seu papel social em um tempo de tanta complexidade e por um jornalismo que ligue os pontos e revele significado. Sentidos revolvidos compuseram estas linhas.

A Deus que é dono de tudo, obrigado também.

[...] uma das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para a frente. Foi o apesar de que me deu uma angústia que, insatisfeita, foi a criadora de minha própria vida.

In: LISPECTOR, Clarice. Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

## RESUMO

O jornalismo tem como berço uma revolução e seus fins são intrinsecamente políticos. Com o passar dos anos e a profissionalização do ofício, seu discurso ganhou marcas características do positivismo - distanciamento do objeto, olhar imparcial e objetividade -, desenvolvendo técnicas que colaborassem com a sedimentação desses pressupostos como condições essenciais à existência do bom jornalismo. Uma dessas técnicas é a recusa ao uso da primeira pessoa verbal na composição do texto jornalístico, como forma de distanciar o jornalista-autor do fato que objetiva noticiar. Hoje, a partir de estudos, sabemos da impossibilidade do total distanciamento do autor de seu texto, que traz sempre, por meio de escolhas semânticas muitas vezes inconscientes, marcas da visão de mundo desse autor-jornalista. Partindo dessas premissas, esse trabalho visa discutir a relação direta entre a proibição do uso da primeira pessoa como técnica jornalística e a objetividade, constantemente buscada no interior das redações. Ademais, espera-se contribuir para as discussões acerca da função social do jornalismo, que opera no imaginário popular ainda como um portador inegável da verdade, que dispensa a autoria de um sujeito portador de preconceitos, ideologias e idiossincrasia e que informa de maneira imparcial. Também objetiva-se fomentar a discussão sobre as técnicas jornalísticas apreendidas e discutidas no interior da academia e sua aplicação prática no dia a dia da redação de um jornal impresso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo. Objetividade. Teoria. Técnica.

## RESUMÉ

Le journalisme est né lié à une révolution et ses objectifs sont clairement politiques. Au fil des ans et avec la professionnalisation du journalisme, il a acquis les caractéristiques du positivisme - distance de l'objet, regard impartial et objectivité - en développant des techniques propres à collaborer pour la sédimentation de ces hypothèses comme des conditions essentielles à l'existence d'un bon journalisme. Une de ces techniques est le refus d'utiliser la première personne (Je) dans la composition du texte journalistique, comme une forme de distanciation journaliste-auteur du fait que l'information objective. Aujourd'hui, après plusieurs études, nous savons de l'impossibilité de détachement total de l'auteur de son texte, qui apporte toujours, à travers des choix sémantiques souvent inconscientes, marques de la vision du monde de l'auteur-journaliste. A cause de cela, cet article traite de la relation directe entre l'interdiction de l'utilisation de la première personne en tant que technique journalistique et l'objectivité, constamment recherchée dans les salles de rédaction. En outre, il est prévu de contribuer aux discussions sur la fonction sociale du journalisme, qui opère dans l'imagination populaire, même en tant que vecteur indéniable de la vérité, qui dispense de la paternité d'un sujet porteur de préjugés, d'idéologies et de l'idiosyncrasie et qui fait des rapports avec impartialité. Il vise également à favoriser la discussion des techniques journalistiques saisis et discutées au sein de l'académie et son application pratique dans la rédaction d'un journal imprimé au jour le jour.

Mots-clés: Journalism; Objectivité ; Théorie ; Technique.

## SUMÁRIO

<b>INTROdução</b> .....	Erro! Indicador não definido.
<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Geral.....	17
Específicos .....	17
<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	17
<b>COMUNICAÇÃO, SUJEITO E INFORMAÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>JORNALISMO: PRESENÇA INCESSANTE</b> .....	<b>31</b>
EU, NARRADOR.....	31
EU, JORNALISTA .....	34
<b>OBJETIVIDADE: UMA UTOPIA INOCENTE?</b> .....	<b>40</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>49</b>
<b>DESCRIÇÃO DE CAMPO</b> .....	<b>54</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>85</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>88</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Expandindo-se a partir da Revolução Francesa (1789), o jornalismo nasce sob a égide da filosofia iluminista e, em partes, atrelado à simbologia de liberdade promovida pela queda da aristocracia absolutista. Os próprios estudiosos da história do jornalismo atribuem ao seu nascimento grande parte da evolução social proveniente da modernidade e veem na atividade jornalística os maiores exemplos dos ideais humanistas que marcaram a transição para a Idade Moderna. Edwin Emery, professor de jornalismo da Universidade do Tennessee, em seu *livro História da Imprensa nos Estados Unidos*, atribui ao nascimento do jornalismo a ampla divulgação do saber, agora não mais mediado pela Igreja e pelas Universidades, e, conseqüentemente, o enfraquecimento das aristocracias. “A publicação barata era um incentivo para o analfabeto aprender a ler e, lendo, a ter interesse pelo mundo que o cerca.” (EMERY, 1965, p. 17).

Ciro Marcondes Filho (2000) possui ideias similares, também atribuindo ao jornalismo parte das evoluções sociais que marcaram a transição para a Idade Contemporânea.

Assim, todo o saber acumulado e reservado aos sábios passa agora a circular de forma mais ou menos livre. E são os jornalistas que irão abastecer esse mercado, sua atividade será a de procurar, explorar, escavar, vasculhar, virar tudo de pernas pro ar, até mesmo de profanar, no interesse da notícia. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 10).

Até chegar ao seu estágio atual, o exercício jornalístico passou por fases que Marcondes Filho (2000) divide em quatro (primeiro, segundo, terceiro e quarto jornalismo – cada um marcado por características de transição). Dando especial atenção à linguagem jornalística – que sofreu profundas modificações no momento de transição entre o segundo e o terceiro jornalismo (Marcondes Filho, p. 36) -, ou seja, às técnicas de redação empregadas na estruturação do texto, o autor afirma que o texto jornalístico surge com forte influência da política e da literatura, e somente passa a tecer as primeiras mudanças em meados do século XIX, com a profissionalização da profissão jornalística ante as exigências da Revolução Industrial para com as recém-nascidas empresas jornalísticas.

Até então, os jornais não se diferenciavam muito de colunas opinativas e divulgadoras de programas políticos partidários. Sem pretensão de explorar técnicas que pressupunham a objetividade, suas páginas serviam para fins pedagógicos e políticos e, a partir da organização de pequenos clubes de políticos, nasciam jornais em demasia, em que os jornalistas eram os próprios políticos, advogados e escritores.

Só a partir de meados de 1800, quando as redações jornalísticas passam gradativamente a se profissionalizar e sob influência da publicidade, a imprensa começa a se organizar em grandes empresas capitalistas. O sonho romântico da primeira fase do jornalismo se transforma em uma grande esteira fordista de produção de notícias em larga escala.

Com a profissionalização do ofício de jornalista, evoluíram também as técnicas, que, segundo Bahia (2009, p. 97), são convenções de estilo criadas pela ordenação de critérios básicos, a fim de evitar abusos e vícios de imprecisão que comprometam irremediavelmente a compreensão da mensagem. Entre elas encontram-se: o uso de terceira pessoa no texto jornalístico, como estratégia para distanciar o jornalista do objeto reportado, impingindo-lhe a ideia de isenção; hierarquização das informações, de maneira a indicar a singularidade do fato em meio ao contexto abordado; e o uso de declarações textuais, a fim de separar opinião e fato, e de descrições, para reforçar o papel de reportar a realidade.

Mas ainda que desprovidas de seu caráter heroico, de portador inquestionável da verdade, as técnicas jornalísticas só levaram a reafirmar o pensamento errôneo de que o texto jornalístico não possui um autor, muito embora se saiba que é impossível a total imparcialidade, já que o texto tem por trás um jornalista, cujas visões de mundo, ideologias, preconceitos levam a escolhas semânticas que inconscientemente influenciam na composição do texto.

Parte dessa discrepância entre o senso-comum, a prática e o conhecimento produzido no interior das universidades acerca da teoria e da técnica jornalística é prejudicial à construção da democracia, uma vez que o leitor depende do veículo jornalístico para se informar e tem sedimentado no seu imaginário que a informação trazida por esse meio é isenta de impressões pessoais do autor do texto.

E mesmo com todo o conhecimento academicamente produzido e a cediça necessidade de se alinhar esse conhecimento com a prática profissional, a evolução das técnicas jornalísticas, na pós-modernidade, tornou-se uma cartilha que indica ações textuais passíveis de proibição dentro das redações, em vez de atender à sua função original de ser um parâmetro para garantir a inteligibilidade e fácil compreensão do texto, como postula Bahia (2009) sobre a função da utilização de técnicas. Entre essas 'proibições' encontra-se o uso da primeira pessoa na escrita de textos jornalísticos, que é desencorajado como técnica no mercado de trabalho, para que se promova a imparcialidade.

Mesmo que ainda desestimulada, a redação em primeira pessoa muitas vezes é utilizada sem comprometer irremediavelmente a compreensão do texto.

O uso de primeira pessoa não é incomum [...] mesmo em matérias jornalísticas, às vezes, incluem “vozes” estranhas, como no lead de uma matéria sobre um tigre siberiano do New York Times: “Viril, astuto e com um apetite infindável para carne vermelha, Kuzya, um tigre siberiano de 23 meses, poderia ser considerado a mascote perfeita para o presidente Vladimir Putin. Michael O’Reilly, de Manila, escreveu-me sobre o assunto”. (SULLIVAN, 2015, online).

A partir desse contexto, entendemos a necessidade de se refletir mais sobre a finalidade e a utilização das técnicas, a fim de que haja um compasso entre o seu ensino na Universidade e a prática no cotidiano da profissão.

A inferência principal envolve o uso da primeira pessoa, algo constantemente desencorajado como forma de se promover a objetividade do texto jornalístico, que, para Barros Filho e Bartolozzi (1995), não necessita ser objetivo, já que a ideia de objetividade surgiu em um determinado momento histórico. Desse modo, podemos compreender que o jornalismo não está necessariamente atrelado à ideia de objetividade, a não ser por uma institucionalização socialmente construída.

Grande parte dos estudiosos considera que o ideal de objetividade jornalística ascende junto com o positivismo, que teria sido responsável pela disseminação entre fato e opinião. Por opinião, havia a necessidade de entender como uma manifestação intelectual subjetiva e sujeita a distorções

ideológicas. Já por fato, avaliar o acontecimento em si, e sua narração um reflexo do que aconteceu: objetiva, isenta e imparcial.

Mas Barros Filho e Bartalozzi (1995), em seu livro *Ética na Comunicação*, ponderam que o conceito de objetividade surgiu antes mesmo do positivismo, em uma tendência de alguns jornais se sentirem obrigados a se diferenciar do jornalismo dito sensacionalista. Assim, entendemos por objetividade um discurso que busca promover a impressão de fundamentação na verdade.

Assim, a objetividade, ou a inexistência de juízo de valor frente à narração dos acontecimentos, passou a ser entendida como condição *sine qua non* para a existência do bom jornalismo, e os jornais viram-se obrigados a oferecer ao público demonstrações de que eram objetivos.

Nesse sentido, esse trabalho visa desmembrar a relação direta entre a proibição do uso da primeira pessoa verbal e a isenção de juízo de valor objetivado no interior das redações.

Para tanto, nortearíamos esse trabalho de pesquisa pela seguinte questão: O desencorajamento do uso da primeira pessoa como técnica redacional ampara-se no critério de objetividade?

Da qual derivam as seguintes hipóteses:

- a) O uso da primeira pessoa pode comprometer a objetividade do texto, dando um viés literário e opinativo ao texto jornalístico;
- b) O uso da primeira pessoa não compromete a objetividade do texto jornalístico, já que não intencionalmente o autor sempre deixará marcas pessoais nas escolhas semânticas;
- c) O uso da primeira pessoa é desencorajado porque muda o foco principal do texto do acontecimento para a impressão do mediador;
- d) O uso da primeira pessoa é resultado do contexto atual em que o jornalista está imerso, calcado no individualismo e na personificação das mensagens.

A reflexão sobre tais hipóteses será realizada por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa etnográfica, com objetivo de se encontrar pontos de convergência e lacunas entre teoria e prática jornalística.

## **1.1 OBJETIVO**

### **1.1.1 Geral**

Realizar um estudo acerca do uso da primeira pessoa como técnica discursiva no jornalismo impresso.

### **1.1.2 Específicos**

1. Identificar se o uso da primeira pessoa compromete a objetividade do texto jornalístico.
2. Pesquisar se no contexto das redações o uso da primeira pessoa influencia nas escolhas semânticas por parte do jornalista.
3. Analisar se o uso da terceira pessoa ainda é uma técnica útil de objetividade textual.

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

Para Genro Filho (2012), se a teoria na prática é outra, então há algo de errado com a teoria. Partindo dessa premissa, podemos considerar a importância acadêmica e social da reflexão acerca do jornalismo.

Desde 2009, com a desobrigação da necessidade do diploma universitário para o exercício do jornalismo no Brasil, a sociedade, a esfera profissional e a academia protagonizam uma discussão com posicionamentos muito extremos sobre a necessidade ou não do diploma. De fato, se avaliarmos o fazer jornalístico apenas como a apreensão de uma técnica ensinada à revelia, sem considerar as reflexões teóricas que constroem essa técnica, o diploma não serviria de nada. Por outro lado, a reprodução de teorias formatadas, sem profunda reflexão sobre suas mudanças, inutilizaria os estudos em jornalismo. Nesse contexto, se faz extremamente necessária a pesquisa em jornalismo, para que se construa uma teoria que tenha aplicação prática e para que a sociedade tenha conhecimento atualizado do produto que ela consome como fonte primária de informação.

Para Freire (*apud* Genro Filho), o mero “balé de conceitos”, ou seja, a formulação de teorias sem aplicação prática, distrai a vida acadêmica e a

afasta da realidade. Daí, pode-se compreender a extrema necessidade de se construir uma teoria do jornalismo com aplicação real no dia a dia da profissão e acabar com o imaginário de teóricos encastelados em universidades e distantes do dia a dia das profissões que se põem a estudar.

O fechamento de redações e a migração expressiva de público para os meios digitais também justificam a necessidade de se pesquisar o texto jornalístico, uma vez que na sociedade pós-moderna a notícia se torna produto; deve-se entender seus anseios em relação ao jornalismo e se as técnicas formuladas há décadas permanecem agradando ao seu consumidor.

Bahia (2009) entende que as técnicas são convenções de estilo formuladas para evitar imprecisões textuais, mas o autor afirma que não devem ser “camisas de força”, anulando a autonomia e a criatividade do jornalista; nesse sentido, faz-se necessário o estudo do uso das técnicas por parte dos jornalistas e se estas realmente exercem a função de “camisas de força” ou cartilhas técnicas que tolheriam as potencialidades do texto jornalístico.

Por fim, um interesse pessoal também justifica essa pesquisa: após o curso da disciplina de jornalismo impresso para revista, percebi uma forma mais livre de compor o texto jornalístico, em que se permite um diálogo maior entre o meio e leitor. A partir dessa experiência, surgiu em mim o incômodo de saber por que o jornal impresso ainda mantém características tão conservadoras em relação aos outros meios, que permitem um diálogo mais evidente entre jornalista e público.

### 1.3 REVISÃO DE LITERATURA

Inicialmente, o levantamento bibliográfico utiliza os seguintes autores de comunicação, que pontuam sobre a técnica jornalística e história da imprensa: BAHIA (2009), PENA (2005), LIMA (2004), MARCONDES FILHO (2000), GENRO FILHO (2012), LAGE (2012) e EMERY (1965), que proporcionam aporte teórico sobre a evolução da imprensa e de suas técnicas, situando historicamente o momento que o jornalismo vive. Para a compreensão do método de pesquisa escolhido, utilizamos GIL (2010) e GOODE (1979), que permite um aprofundamento maior nos conceitos de pesquisa etnográfica. No

decorrer da pesquisa, outros autores foram incorporados a essa revisão, conforme se mostrou necessário.

## 2. COMUNICAÇÃO, SUJEITO E INFORMAÇÃO

*A comunicação é como a vida. É levantar-se, olhar, falar, ligar o rádio, a televisão, o computador, ler, conversar por telefone. Onde está o problema? Ele está justamente na ideia de que não há problema. A comunicação parece tão natural que, a priori, não há nada a ser dito a seu respeito. E, no entanto, tanto seu êxito quanto seu recomeço não são fáceis. (WOLTON, 2006, p. 13).*

“Comunicar é viver.” Assim disse Wolton (2011) em *Informar não é comunicar*, o mesmo livro no qual o sociólogo francês discute a dificuldade em se estabelecer uma única teoria da comunicação, dada a grande diversidade existente nos polos de emissão e recepção das mensagens. O ponto de convergência no pensamento de autores contemporâneos que debatem as dimensões da comunicação humana, dos quais consideramos Thompson (1998), Defleur (1993), Briggs (2006) e Wolton (2006 e 2011), se funde no entendimento do processo comunicacional como um exercício de alteridade, ou seja, indissociável da presença do Outro no processo de troca e intercâmbio de informações e conteúdos simbólicos, que produz interação social.

Comunicar é ser, isto é, buscar sua identidade e sua autonomia. É também *fazer*, ou seja, reconhecer a importância do outro, ir ao encontro dele. Comunicar é também agir. Mas é igualmente admitir a importância do outro, portanto aceitar nossa dependência em relação a ele e a incerteza de ser compreendido por ele. (WOLTON, 2006, p.15).

Como complemento à necessidade do Outro neste processo, Thompson (1998) também entende a comunicação como uma ação pela qual os indivíduos estabelecem e reinventam suas relações interpessoais. A comunicação é parte de um contexto mais amplo que aqui chamaremos de vida social – desta forma, as análises dos processos de comunicação devem partir de uma análise do contexto social no qual o processo encontra-se circunscrito.

Porém, Marcondes Filho (2008) alerta para o fato da necessidade de se aprofundar as discussões sobre comunicação calcadas nos paradigmas das Ciências Sociais. Para o autor, o modelo de comunicação vicejado pelas ciências físicas e naturais, que reduz o processo ao ato de transmitir uma

mensagem, por meio de um canal e de um código, de um alguém para outro alguém, trata a comunicação baseado em modelos explicativos não humanos.

Durante muito tempo pensou-se que a comunicação era [...] que eu levaria as mensagens de um lado (emissor) para outro lado (receptor), da mesma maneira como um ônibus leva passageiros de um bairro para outra cidade. Pensava-se que a comunicação era uma coisa, um objeto [...] Mas nós não somos pedras, fios elétricos nem líquidos. Somos seres humanos. (MARCONDES FILHO, 2008, p. 15).

O autor propõe um modelo ideal de comunicação fundamentado no diálogo, que define como *espaço comum* ou *palavra que atravessa*. E nesse espaço comum deve haver, necessariamente, mudança em relação às percepções que o emissor e o receptor possuíam sobre a coisa tratada. Para Marcondes Filho (2008, p. 19), só há diálogo e, portanto, comunicação, quando há novidade e estranheza – e transformação. “O novo que me muda; o conhecido apenas me reforça.”

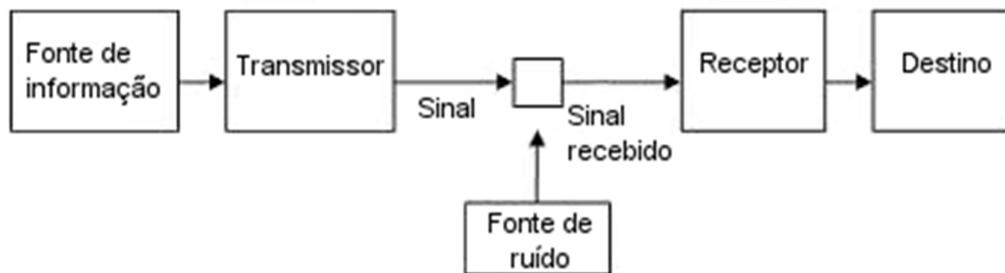
Parte importante no entendimento do processo de comunicação na visão dos autores citados é, sem dúvida, o papel ativo do receptor da mensagem. Tanto Marcondes Filho (2008) quanto Wolton (1996), Thompson (1998) e Defleur (1993) reforçam a necessidade de superação das teorias hipodérmicas do século XX, e da compreensão dos receptores como passivos a todos tipo de informação que lhe fica disponível, para o avanço na compreensão dos processos comunicacionais. Marcondes Filho (2008) ainda reforça que, senão pelo processo de ressignificação do receptor, a emissão de mensagens fica fadada a um emaranhado de dados e informações unidirecionais e que não produziram comunicação. Completa Wolton (1996):

A comunicação é um processo muito complexo de negociação entre as ideologias e a as representações do receptor, que lhe permitem filtrar o que vem do exterior. Sim, o receptor é sempre ativo, esteja ele lendo, escutando, assistindo ou usando seu computador. Sim, o receptor é o grande enigma da comunicação, um enigma cujo interesse é crescente com a globalização da informação e da comunicação. (WOLTON, 1996, p. 33).

Como defendido por Marcondes Filho (2008), grande parte destas rugas nos estudos da comunicação nasceram do fato, já citado, do surgimento dos primeiros estudos do processo comunicacional em centros de Ciências

Exatas, em que se comparava o processo comunicacional à comunicação física que acontecia entre cabos elétricos para transmitir uma quantidade de energia. Essa condição já era paradigma dos estudos em linguística há, pelo menos, 40 anos, quando Jakobson (1969) e Malberg (1969) propuseram complementações aos esquemas de comunicação desenvolvidos pela teoria da informação (modelo de Shannon), baseado em estudos dos desdobramentos físicos das tecnologias de telecomunicação, em que se reduzia os seres humanos a “caixas” e as mensagens a “setas”, tal qual pode se observar abaixo.

FIGURA 1 - Modelo de Shannon



Fonte: FIORIN, 2006, p.26.

Mesmo que ainda sem usar este termo, a *alteridade* passa a integrar o processo comunicacional nos modelos lineares de comunicação que emergem nos estudos americanos da década de 50, especialmente nas considerações de Bateson (1950) e Goffmann (1950), que cunham uma teoria da *nova* comunicação já considerando o *feedback* e a realimentação do processo. A partir destes estudos, em que a comunicação deixa de ser entendida como um processo de mão única – unilateral entre emissor e receptor -, mas como um sistema interacional e dialógico, passam a ser considerados não só mais os efeitos que o processo comunicacional produz no receptor da mensagem, mas também os efeitos que essa comunicação produz no sujeito que emite a mensagem.

Benveniste (1976), em seus estudos sobre a categoria de pessoa, aponta a reversibilidade quando afirma que “O *eu*, ao dizer *eu*, instala o *tu* como destinatário, mas esse destinatário pode, por sua vez, tomar a palavra e dizer *eu*, colocando agora o outro como *tu*” (Benveniste *apud* Fiorin, p. 42).

Para estes autores, o diálogo é condição sem a qual a comunicação humana não pode existir.

Desse contexto, surgem os estudos, principalmente nas escolas norte-americanas, sobre a interação entre sujeitos em situações de comunicação. Bakhtin (1981), em seus estudos sobre o diálogo entre interlocutores, procurou mostrar que a interação verbal é a realidade fundamental da comunicação; dos estudos bakhtinianos, surgem as perspectivas ontológicas da sociologia da comunicação, que levou em conta os contextos sociais, a partir da qualificação do poder, para entender as diferenças nos enunciados.

Superado o modelo mecanicista da comunicação e passando a considerar os conceitos de reciprocidade, reversibilidade dialógica e a inserção sócio-histórica e ideológica dos sujeitos envolvidos na situação de comunicação, novas necessidades surgem para o entendimento da comunicação como paradigma científico: os aspectos da competência modal dos sujeitos que se comunicam e a competência semântica – responsável pelo discurso enunciado.

Greimas (*apud* Fiorin, 2008) aponta a necessidade da comunicação integrar o quadro mais amplo das atividades humanas, que o semiólogo divide em dois eixos principais: o eixo da *produção* – ou o meio pelo qual o homem transforma as coisas -, e o eixo da *comunicação* – entendido como a ação do homem sobre outros homens. Usando as prescritivas da escola de antropologia francesa (Levy-Strauss e Marcel Mauss), o autor compreende a comunicação como a transferência de objetos de valor entre sujeitos e propõe uma revisão nos termos “emissor” e “receptor”; que considera reduzir os sujeitos do processo de comunicação a caixas vazias de emissão e recepção de mensagens. Partindo da consideração dos participantes da situação comunicacional como sujeitos competentes, o autor propõe a mudança para os termos destinador e destinatário, que considera menos restritivos e mais adequados, ponderando sobre as qualidades que permitem aos indivíduos se comunicarem.

Essas competências são um binarismo que o autor divide entre “modais” – o querer, o poder, o saber, o fazer (no caso, saber comunicar-se, querer comunicar-se, poder comunicar-se) e “semânticas” – valores que determinam a comunicação. Nesse sentido, os indivíduos de um processo de comunicação

são, ao mesmo tempo, plenos de suas competências modais, que permitem o processo de comunicação e preenchidos pelos valores decorrentes do processo histórico-cultural e ideológico na qual a situação de comunicação está circunscrita. E, neste sentido, tanto o fazer enunciativo (do destinador) e o fazer interpretativo (do destinatário) são construídos a partir destas competências semânticas, daí as considerações sobre o risco de se acreditar nos participantes do processo de comunicação como caixas vazias, uma vez que estes são caixas cheias de projetos, aspirações, emoções, conhecimentos, crenças, individuais, e que vão moldar os modos de enunciação e de ressignificação das mensagens. E estes estruturantes são resultados de outras tantas relações de comunicação- interação anteriores e que vão se complementando, construindo e modificando em cada nova relação de comunicação. São competências, velhas e novas, modais e semânticas, que nos permitem concluir que nenhum contexto de comunicação fica livre destes condicionantes, porque o uso da linguagem em todas as construções simbólicas é, em todas as etapas da produção dos enunciados, um processo estruturante na significação.

Deve-se lembrar que, embora os estudos em comunicação, ainda que muito jovens, caminhem para a construção de uma disciplina com envergadura científica e que a pesquisa sobre o fenômeno comunicacional cresça a dia, não se deve esperar – como de qualquer ciência – uma definição finalista e terminativa do conceito de comunicação, como lembra Martino (2001, p. 25), “esta jovem ciência jamais conseguiu definir de maneira suficiente seu objeto de estudo, o qual permanece tão vasto e diversificado quanto as problemáticas que compõem as ciências do homem”. Por isso a abordagem interdisciplinar dos processos comunicacionais que perpassa da linguística, que visa compreender os signos e sua ordenação mais ou menos independente, à antropologia e psicologia que procuram entender os contextos sociais nos quais surgem a comunicação e seus desdobramentos históricos e culturais. E, embora adotem perspectivas e procedimentais teórico-metodológicos distintos, o ponto de convergência dessas ciências na contemporaneidade é o de considerar a comunicação como um processo complexo e da não passividade nos contextos de emissão e recepção dos enunciados discursivos.

ECO (1974), em suas considerações sobre comunicação, também completa os raciocínios neste sentido quando afirma que todo enunciado está incompleto, porque se finaliza na interpretação do destinatário da mensagem e que o momento da enunciação sempre é precedido pela construção, na mente do destinador, de modelos simbólicos daquele que receberá sua mensagem; o autor chama esta construção de “leitor modelo”, ou seja, sempre, em uma situação de enunciação, o sujeito enunciador construirá seu enunciado a partir das qualidades semânticas e modais que ele espera que seu destinatário possua.

Levando em conta a impossibilidade de neutralidade dos processos de comunicação e seus enunciados, e os contextos políticos aos quais a comunicação fica submetida na sociedade contemporânea, Marcondes Filho (2008) e Wolton (2006) propõem uma dimensão analítica da comunicação sustentada por um viés transformador do processo comunicacional; embora o segundo autor se sirva de uma análise contextual mais ampla do que as reflexões propostas por Marcondes Filho (2008), mais voltadas para a dimensão individual da comunicação, ambos ressaltam a importância das conquistas sociais da sociedade contemporânea para o entendimento da comunicação como um direito legítimo. Wolton (2008) considera que a comunicação não pode ser um valor sedimentado nas sociedades que têm a desigualdade social solidificada na sua base. Para o autor, mesmo que a comunicação seja um elemento *sine qua non* da vida em sociedade, é indispensável que as relações sociais estejam estabelecidas sobre valores que privilegiem a iniciativa e incentivem o pluralismo e a liberdade de opinião para que o processo se efetive. Do contrário, a comunicação existe calcada num modelo vertical e foge do viés transformador proposto pelos autores.

É preciso também uma sociedade livre do domínio da natureza e da matéria, em que as relações sociais sejam mais livres. Quando a ordem social e política está diretamente ligada aos ciclos da natureza ou da hierarquia religiosa ou militar, há trocas, mas cada coisa permanece no seu lugar. A comunicação existe, mas segundo um esquema vertical, o da ordem estabelecida. [...] A dimensão normativa da comunicação só surge numa sociedade em que as trocas simbólicas constituem um núcleo de sentido. Quando são livres, os homens encontram-se em face da comunicação. (WOLTON, 2006, p.26).

É a partir dos pressupostos que os autores elencam como necessários para que a comunicação se efetive que nasce o jornalismo tal qual se conhece hoje: imerso em novidade, difusão coletiva e universalidade. Além de emergir de uma Revolução (1789), o jornalismo vem atrelado à simbologia da liberdade, promovida pela queda dos regimes Absolutistas e pela difusão dos conceitos da filosofia Iluminista, e por isso alguns autores (Marcondes Filho, 2000; Emery, 1969; Traquina, 2005) atribuem ao nascimento dos jornais grande parte das evoluções sociais que marcaram a transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea no Ocidente.

Para Marcondes Filho (2000), o jornalismo deu luz à sombra deixada pela Idade das Trevas porque permitiu que o conhecimento, antes reservado a uma pequena parcela da população, habitualmente o clero e a nobreza, circulasse de forma mais ou menos livre entre a população europeia.

E em se tratando da evolução do jornalismo até chegar ao seu estado atual, Traquina (2005) elenca as mudanças das sociedades pós-modernas, como a alfabetização e a urbanização, como fatores determinantes para a propagação do ofício jornalista, tido como produtor de conhecimento e divulgador do saber ao longo do século XX.

Seria principalmente nas últimas décadas do século XIX, surpreendida pela turbulência das transformações sociais, que a cultura letrada e a imprensa começariam decididamente a avançar para além das elites tradicionais. Nessa época, em ritmo acelerado, no compasso de um modo de vida que exporta capitais e invade rapidamente inúmeros espaços do planeta, a história da formação das metrópoles brasileiras multiplica o tempo e a experiência social. (CRUZ, 2000, p. 42).

Partindo deste aspecto, a obtenção de liberdades individuais durante a transição contemporânea e a consolidação da democracia como forma de governo também encontraram no jornalismo um aliado para as garantias conquistadas, principalmente no que diz respeito a tornar públicos os abusos, mazelas e injustiças sociais. A partir destas narrativas que o jornalismo ganha a alcunha de quarto poder, figurando como aliado da democracia e alçado à credibilidade que possuiu ao longo do século XX. (Sodré, 1999, p. 94).

Até chegar à conjectura que possui, o exercício jornalístico passou por algumas fases que influenciaram sua caminhada até chegar ao que é hoje, Habermass (1984) as divide em três. Dando especial atenção à linguagem

jornalística, o autor afirma que o texto jornalístico surge com forte influência da política e da literatura, e somente passa a tecer as primeiras mudanças em meados do século XIX, com a profissionalização da profissão jornalística ante as exigências da Revolução Industrial para com as recém-nascidas empresas de imprensa. Até então, os jornais não se diferenciavam muito de colunas opinativas e divulgadoras de programas políticos partidários.

Desde o advento da imprensa de Gutenberg, o jornal impresso passou a se consolidar como um veículo de informações relacionadas às ideias e aos negócios de grupos intelectuais e aristocráticos. Até o século XIX, as opiniões das altas elites ditas revolucionárias haviam tomado conta das páginas dos jornais (SILVA, 2011).

Para Habermas (1984), só a partir de meados de 1800, quando as redações jornalísticas passam gradativamente a se profissionalizar e o fazem sob a influência da publicidade, a Imprensa começa a se organizar em grandes empresas capitalistas. O sonho romântico da primeira fase do jornalismo se transforma em uma grande esteira fordista de produção de notícias em larga escala. O ideário de que o jornalismo fornece informação pura e não propaganda tratou de convencionar seu produto – a notícia – como um recorte baseado estritamente em fatos e alheio à opinião, padrão que exerceu forte influência no tratamento da notícia como mercadoria. É dessa rotina empregada na produção de notícias que Bordieu (1997) afirma que o jornalismo tende a tornar-se permissivo e fazer concessões de acordo com as lógicas do mercado capitalista.

Segundo Emery (1965), os tipos de notícia entre 1830 e 1850 – na imprensa americana – eram fatos nacionais, internacionais, crimes, violência, paixões, interesse humano, economia e política, porém não havia preocupação nenhuma com o rigor investigativo na apuração nem maior precisão e exatidão nos relatos. Para Kovack e Resentiel (*apud* SILVA, 2011) o jornalismo quando se livrou do controle político foi em busca de seu público na base do crime, escândalo, emoções e endeusamento de celebridades. É por volta de 1865 que se inicia a busca de um jornalismo “imparcial” e “objetivo” e esses pressupostos passaram a se consolidar na práxis da imprensa norte-americana a partir dos princípios editoriais do New York Times, que consideravam que toda notícia deveria ser dada “com imparcialidade, sem medo, nem favor, sem

considerações para com nenhum partido, credo ou interesse” (SILVA, 2011, p. 57). Porém, segundo Talese (2000), embora tentassem, os jornais não conseguiam ser objetivos nas coberturas, já que estas eram produzidas por figuras humanas e suas limitações de *poder* e, às vezes, *querer ver*.

Ao ressaltar os caminhos históricos percorridos pelo jornalismo até chegar ao modelo que conhecermos – objetivo e imparcial -, preso à verdade dos fatos, e ver que este modelo adotado praticamente por todas as organizações jornalísticas do Ocidente durante o século XX, desejamos levantar a questão de “por que foi tão fácil a adoção da objetividade como essência do fazer jornalístico?”.

Segundo Silva (2011), durante o século XVIII, o empirismo buscou na percepção das coisas o fundamento de todo conhecimento. Entendia a significação e a verdade como um produto da realidade (mundo exterior) e via, na linguagem, sua tradução. A consolidação destas teorias de correspondência viralizou no pensamento científico a ideia de que a palavra corresponde ao objeto do mundo real, tal qual um espelho refletiria o mundo. A linguagem passa, então, a ser um sistema referencial e o significado está na realidade.

Com a adoção do postulado da casualidade – da causa e efeito -, ou do pressuposto positivista, pelo jornalismo é que os relatos jornalísticos passam a assumir valor de verdade porque são entendidos como resultados de causas percebidas e descritas da realidade. A proposição jornalística sobre um fato, portanto, se for verdadeira, iguala-se a este determinado fato. Essas ideias estão sintetizadas em Condillac (*apud* SILVA, 2011), comparando o signo linguístico a seu significado (SAUSSURE, 2006).

Cada proposição que faço, sobre este metal, se for verdadeira, é idêntica. Como esta: o ouro é maleável, pois ela significa *um corpo que observei ser maleável e que denomino ouro é maleável*, proposição onde a mesma ideia está afirmada em si própria. Assim também, quando o jornalismo seleciona objetos do seu mundo (ideias, pensamentos, fatos) e os apresenta de forma organizada, esses objetos são idênticos à proposição que os afirma. (CONDILLAC *apud* SILVA, 2011, p. 59).

A adaptação da metodologia científica à prática jornalística criou no entendimento social que a notícia e a reportagem são o mundo real em texto e imagem. É a própria realidade que o leitor encontra ao abrir um jornal ou ler

uma revista. Para confirmar esta ideia, diretores de empresas jornalísticas incutem um conceito de credibilidade que ao mesmo tempo traz consigo o conceito de ética; em outros termos, editores e repórteres são somente instrumentos para que a realidade chegue – tal qual ela é -, até seus leitores.

O desenvolvimento dos estudos em comunicação convencionou chamar o tipo de comunicação exercida pelo jornalismo de *Comunicação de Massa*. Marcondes Filho vai na contramão deste termo e afirma que a comunicação jornalística ou é *para as massas* – devido ao grande número de público ao qual se direciona -, ou *em massa* – resultado do grande volume de produtos informacionais produzidos pela mídia. Para o autor, o termo *comunicação de massa* pressupõe o modelo de comunicação em que uma massa se comunica para a outra massa (2008, p.59).

Seguindo a denominação de Marcondes Filho (2008), aqui chamaremos o tipo de comunicação exercido pelas empresas jornalísticas, ou seja, para uma quantidade imensurável de público desconhecido, de comunicação por difusão.

Embora aqui tratado como um fenômeno derivado das relações naturais de comunicação, Beltrão (2006) define o jornalismo como um conjunto de técnicas, saber e ética, mas, antes disso, o autor afirma que estas características que compõem o jornalismo tal qual o conhecemos hoje dependem de elementos políticos, sociais, antropológicos, econômicos e culturais e por isso trata-se de uma construção histórico-social.

Oliveira (2011) completa afirmando que a função primeira do jornalismo é narrar as violações do mundo institucional. Para o autor, a narrativa jornalística traz sempre, implícitos ou explícitos, todos os elementos que compõem os fatos institucionais, tais quais seus atos de fala, personagens e objetos. E dessa perspectiva pode-se entender que, ao passo que narra a transgressão das relações simbólicas de estabilidade social, também reforça seus valores e a aparente estabilidade que as sustenta. Dialeticamente, o jornalismo está sempre reproduzindo discursivamente as estruturas e formas de controle social que constitui as relações no mundo do capital.

Aqui, tratamos o termo “instituições” a partir das perspectivas de Gehler (1984) e como o estabelecimento de relações mútuas e formas figuradas de comportamento que tipificam moldes de convivência dentro de uma estrutura limitada de liberdade. Assim, o homem, que é “livre”, tem em suas relações

simbólicas o direito e a possibilidade de “ser” e “agir”, desde que dentro da ordem, da estabilidade e da direção das instituições. Essas relações morais orientam o homem e o jornalismo, operado pelos homens, tem sua narrativa guiada pela lógica das regulamentações institucionais.

Do nascimento à morte, o sujeito é conduzido pelas instituições. Só o surgimento de uma disfunção ou inadequação entre os indivíduos e instituições, dependendo da maior ou menor extensão ou grau de intensidade, provocará um fato institucional com possibilidade de tornar-se fato noticioso (SILVA, 2011, p. 12).

E, dessa forma, a concepção de que o sujeito só pode ser compreendido dentro do contexto social em que foi formado ganha corpo nas narrativas jornalísticas e as relações de alteridade passam a não ser apenas entre “eu” e o “outro”, mas entre o “outro” e “eu” e entre “eu” e “eu mesmo”, dando a garantia de que pertencemos todos ao mesmo mundo. Para Merleau-Ponty (2003), as instituições – e também o critério principal de noticiabilidade narrativa jornalística -, podem ser entendidas como:

[...] os acontecimentos de uma experiência dotada de dimensões duráveis, em relação à qual toda uma série de outras experiências terão sentido, formarão uma continuidade pensável ou uma história -, ou ainda os acontecimentos que depositam em mim um sentido, não a título de sobrevivência e de resíduos, mas como apelo a uma continuidade, exigência de um futuro (MERLEAU-PONTY, 2003, p. 123).

É a partir destas perspectivas teóricas que desejamos discutir o jornalismo: da presença incessante.

### 3. JORNALISMO: PRESENÇA INCESSANTE

#### 3.1 EU, NARRADOR

O ato de contar histórias é tão antigo quanto a humanidade. Para Rezende (2005), o ato de narrar é uma herança ancestral e universal – tanto os relatos criados, recriados e transmitidos pelas tradições de civilizações orais quanto as construções discursivas mais complexas de culturas completas reforçam a predisposição humana de compreender e significar a realidade a partir de uma perspectiva narrativa. Para Motta (2004), experimentar e contar o vivido, o visto e o sentido está na raiz de formação de todas as culturas e “constitui as representações coletivas que recriam sociabilidades, explicam diferenças e legitimam normas e desvios” (MOTTA, 2004, p.5) e assim cada um de nós se torna personagem de nossas próprias histórias e expectador das verdades do Outro.

Para Motta (2004, p.6), “na narrativa imitamos a vida e, na vida, imitamos as narrativas” e dessa forma podemos compreender que as narrativas e os elementos discursivos que as compõem somente podem ser compreendidos no seio das relações sociais e culturais em que foram produzidas. De tal forma que, presente em todas as civilizações humanas, a narrativa também teve seus desdobramentos, mudanças e remoldagens ao longo do tempo, acompanhando a evolução dos costumes nas sociedades, tanto na sua forma oralizada quanto escrita. Aqui, nos prenderemos ao histórico evolutivo da narrativa como forma de representação do discurso escrito e, em especial, à evolução da técnica narrativa e do papel do narrador ao longo da história do Ocidente, berço do jornalismo, nosso objeto.

Condição estruturante da narrativa, a figura do narrador sofreu diversas mutações ao longo dos anos, mas sem deixar de lado seu papel de envolver o interlocutor nas tramas da narrativa, a ponto de despertar sentidos de empatia e familiaridade. A partir destas considerações de Motta (2004), podemos inferir que o processo de significação do conteúdo recebido pelos interlocutores será sempre marcado pelas intenções, aptidões e escolhas discursivas e ideológicas do narrador, sem deixar de considerar os determinantes discursivos de quem recebe a mensagem. Trata-se, portanto, de uma relação dialógica

calcada no texto como “nexo entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o de interpretar” (MOTTA, 2004, p.10).

Objeto de estudo da teoria literária, o lugar de fala do narrador mudou ao longo da tradição narrativa, desde a condição oral, quando, segundo Schüler (2000), os narradores não se posicionavam como significadores daquele discurso, mas produziam sentido a partir de uma voz que vinha “do alto” ou “dos deuses”, frente a ouvintes atentos e cujo pensamento se voltava à narrativa naquela fala de autoridade inquestionável.

Já nas epopeias épicas, o narrador tornava legítima sua autoridade a partir da invocação dos deuses e tomando lugar de um sujeito que não pertencia àquela região ou tempo, dando, assim, possibilidade de fornecer conselhos e ler oráculos pelos que se propunham a ouvir suas histórias. A legitimidade da fala se dava pela distância do narrador em relação ao seu interlocutor, seja temporal ou espacial. Benjamin (1985) reforça o modelo ideal da estrutura narrativa épica: acúmulo de sabedoria suficiente para intercambiar experiências com seus receptores.

Duas concepções do papel do narrador passam a se entrecroçar ao longo do século XX: a homérica, em que o sujeito narrador concentrava seus esforços em se distanciar do objeto narrado, deixando o mínimo possível de sua presença subjetiva no texto e que se opunha à modalidade narrativa em que o sujeito-narrador tomava parte explicitamente em determinados pontos da narrativa, emitindo juízos. Para Benjamin (1985), é no início do romance, concomitante com o início da Idade Moderna, que a figura do narrador vai perdendo peso e dando lugar a narrativas cujo objetivo era a difusão da informação, em modelos mais concisos e explicativos, mas carente de histórias que envolvessem o interlocutor. Segundo o autor, perdia-se a essência da narrativa em sua dimensão usual – a de oferecer substratos para a compreensão do mundo.

Santiago (2002) sintetiza bem a categorização teórica das formas de narrar em três estágios do papel do sujeito-narrador. O narrador clássico, que dava oportunidade dialógica da troca de sentidos a partir do conteúdo narrado, tal qual considerava Benjamin (1985); Em um segundo momento, o narrador do romance, que começava o movimento de distanciamento da narrativa e, posteriormente, o narrador-jornalista, “que só narra a informação do que

aconteceu com X ou Y, visto que não escreve para narrar a ação da própria experiência” (SANTIAGO, 2002, p. 45-46).

O ideário da objetividade, fortemente influenciado pelas discussões empreendidas no seio da filosofia iluminista, deu conta não só de influenciar a narrativa jornalística, que pretendia em sua concepção ontológica disseminar uma visão realista do fato e afastar da narrativa impressões pessoais que pudessem desviar do foco principal, que era a informação, mas também deixar marcas em toda a produção literária romântica do século XIX. Com o enfraquecimento das teorias totalizantes, que não tinham espaço para a idiossincrasia humana em seus quadros, no século XX, a voz do narrador retorna à prática do romance, e o narrador distante dá, novamente, lugar à voz que se envolve intimamente naquilo que narra, dando conta de um aprofundamento consciente do sujeito na história retratada.

Essa evolução nas formas de narrar dos romances não foi acompanhada imediatamente pelas outras modalidades narrativas que traziam nas suas concepções o ideal da objetividade – a historiografia tem revisto suas metodologias e repensado o lugar da “verdade” em suas narrativas, entretanto, a narrativa jornalística parece ainda manter o modelo de relato que impinge o sentido do real, distancia do objeto e imprime no texto a falsa impressão de objetividade.

Dentre os vários modelos narrativos possíveis, a maior diferença está calcada no “lugar” assumido por quem pretende narrar. Na categorização de Gancho (2004), dois tipos básicos de “lugar de fala” dão conta de determinar seus focos narrativos. O **narrador em terceira pessoa** posiciona-se fora dos fatos narrados, buscando dar conta de um percurso textual o mais imparcial possível, tendo como característica central a onipresença e a onisciência; já o **narrador em primeira pessoa** participa diretamente da ação narrada, com espectro de visão limitado por aquilo que experienciou, viu e sentiu. O narrador em primeira pessoa pode, ainda, ser protagonista da narrativa.

Resende (2002, p.138) entende o jornalismo como a mediação comunicacional entre “os que escrevem e os que se inscrevem no texto”. Levando em consideração o grande volume do que tomamos conhecimento ser mediado pelos meios de comunicação por difusão, a narrativa jornalística ganha força ante as demais modalidades narrativas e ocupa espaço

privilegiado na legitimação de seu conteúdo devido à possibilidade de recriação do real a partir de relatos (MOTTA, 2004, p. 136).

Para Resende (2005), a problemática principal da narrativa jornalística está sedimentada sobre a maneira como se posiciona – e se posicionou ao longo do tempo – a figura do narrador ao longo de sua história, por meio de um discurso sócio-historicamente estruturado de maneira a apagar as marcas pessoais de quem se propõe narrar, dando a falsa impressão de que o texto emerge do cerne dos fatos e não das mãos de quem seleciona, pesquisa, pauta, entrevista, observa, hierarquiza e redige. Diante da amplitude do campo contextual em que se inserem as narrativas jornalísticas, a partir da delimitação das técnicas de seleção e redação dos fatos, que reduzem as possibilidades textuais desde a ascensão do jornalismo como técnica profissional, “é preciso refletir sobre o contexto o modo narrativo” (RESENDE, 2005, p. 34).

Não tratamos aqui de reduzir o relato jornalístico a um produto individual da percepção do jornalista-autor, mas de marcar ostensivamente o papel do narrador e o resvalar de suas percepções sobre o relato, sem o emprego de técnicas que impinjam falsa impressão de verdade absoluta e afastem o jornalista de seu papel ativo na construção da realidade.

A partir das perspectivas teóricas empreendidas pela Teoria Construcionista, que entende a notícia como uma construção social da realidade, influenciada por fatores que formatam o ofício jornalístico, tais quais a rotina de produção noticiosa, a cultura do grupo profissional e o direcionamento ideológico da empresa à qual o jornalista esteja filiado, aqui nos atentamos a considerar – junto destes demais condicionantes -, a influência pessoal do “eu” que narra a história. Nossa principal inquietação é, além de deixar de considerar o autor-jornalista como uma esteira de produção de textos formatados a partir de técnicas ultrapassadas e de um sujeito passivo na construção da realidade, dar conta de discutir os reducionismos do senso comum presentes quando se fala em objetividade dentro das redações e quando se entende ontologicamente que o uso da terceira pessoa garante um texto mais distante, objetivo e imparcial.

### **3.2 EU, JORNALISTA**

Rocha (2007) entende o narrador como figura central da narrativa, desde seu surgimento, nos primórdios da humanidade.

Componente estruturador da narrativa, aquele que narra tem a capacidade de envolver o interlocutor com seu relato a ponto de despertar nele empatia, familiaridade ou mesmo o desejo de ser aquela a sua própria história. Assim, a reflexão, a emoção, a tristeza, a identificação ou sonho de cada história. (ROCHA, 2007, p. 12).

Entretanto, apesar de trazer consigo esta função desde seu surgimento, sua relação com o leitor passou por profundas transformações ao longo do tempo, que possibilitaram a construção histórico-social das relações entre narrador-leitor tal qual conhecemos hoje.

A difusão de explicações por meio de relatórios informativos – que pouco possuía de envolvimento com o leitor – teria marcado a perda gradual da identidade narrativa de fornecer conselhos e tópicos de educação moral aos leitores.

Para Benjamin (1985), o apagamento da figura do narrador da história narrativa passa por três fases: o primeiro, clássico, como já dito, tinha em seu foco a troca de experiências com o leitor; na segunda etapa, o narrador do romantismo provocou certa ruptura com o modo de narrar herdado da tradição oral; por fim, o narrador jornalista – que teve suas características figuradas como indispensáveis ao exercício da profissão durante a ascensão do positivismo -, que, teoricamente, somente informaria e não narraria, como explica: “só transmite pelo narrar a informação, visto que escreve não para narrar a própria experiência, mas o que aconteceu com X ou Y em tal lugar e tal hora” (ROCHA, 2007, p. 14).

Portanto, a unidade narrativa teria decaído devido à ascensão dos textos informativos divulgados durante a fase em que a imprensa triunfou como negócio financeiramente rentável. E a influência do jornalismo na atividade narrativa é tão notável que o modo “jornalístico” de narrar – teoricamente, apenas informativo e crente na possibilidade de narrar amparado pelo conceito pueril de objetividade – influenciou grande parte da produção romântica do século XIX.

Rocha (2007) aponta o descompasso teórico sobre o que é considerado narrativa jornalística.

Justamente aí se encontra uma das grandes problemáticas da narrativa jornalística: no jornalismo, o discurso foi historicamente constituído e regrado de modo a apagar as marcas de quem narra, como se o texto emergisse diretamente dos fatos e não pelas mãos daquele que presencia os eventos, questiona as temáticas, entrevista as fontes e escreve. (ROCHA, 2007, p. 16).

O autor ainda sugere que a narrativa jornalística e seu narrador, o jornalista, sejam reinventados fora dos limitadores de composição textual determinada por valores firmemente emoldurados nos cânones que definem a atividade jornalística enquanto atividade profissional, como a objetividade e a imparcialidade. Rocha (2007) apresenta uma perspectiva na qual o jornalista-narrador-autor é um sujeito ativo na construção textual e ideológica dos fatos relatados e, consigo, vêm determinantes de rotina profissional, cultura organizacional da empresa na qual trabalha, orientação ideológica pessoal etc.

Arbex Júnior (2003, p. 21) ainda afirma que, ante estas práticas, o jornalismo “divulga mentiras legitimadas pela mitologia da neutralidade e do distanciamento do jornalismo objetivo”.

Este modelo de narrativa – no qual o narrador posiciona-se distante do que procura narrar -, vem sendo especulada há muito tempo pelo jornalismo. Desde o ideal positivista da objetividade possível e da imparcialidade na reprodução da realidade, e até das novidades tecnológicas como a fotografia – que seria o retrato objetivo e fiel da realidade -, o trabalho jornalístico está preso à atividade de narrar especificamente o real.

Rocha (2007, p. 19) ainda ressalta que o arquétipo do jornalista ideal é o da “máquina reprodutora do real e que devem escrever conforme instruções determinadas para sua narrativa transformar-se em jornalismo”, figurando, assim, uma identidade profissional de conhecimento superior e colaborando com a imagem mítica carregada pelo repórter.

Interessa-nos destacar que uma das artimanhas mais notadamente frequentes nas enunciações jornalísticas é o uso da narrativa em terceira pessoa com objetivo de esconder sob suas linhas os processos de gestação textual pelos quais a narrativa passou. Benveniste (1976, p 26) considera esta forma narrativa, conduzida pela impessoalidade, como a “forma verbal da não-pessoa”.

Ao narrar de forma que busque neutralizar marcas pessoais, o autor-jornalista tenta livrar-se de entranhar ao texto marcas pessoais e sua visão acerca do fato. Para Medina (1996),

A terceira pessoa “objetiva”, distanciada, onipresente e onisciente do relato jornalístico já se exauriu porque é insuficiente para reger a narração e também porque confunde autor-jornalista com narrador, “ferramenta simbólica” [...] A terceira pessoa “objetiva” lhes é cômoda e corresponde à expectativa oficial, inclusive na maioria das empresas jornalísticas que alegam ser este ponto de vista mais legível, verdadeiro e objetivo. No entanto, além da falácia da neutralidade, não é envolvente e legível. (MEDINA, 2006, p. 29).

O que Rocha (2007) pontua é que o caráter onipresente e onisciente simbolicamente carregado pela narrativa jornalística lhe confere um caráter divino e certo autoritarismo, além do tom unilateral, impedindo a interlocução com o leitor. Emudece-se e, portanto, desvaloriza-se como parte essencial da comunicação, seja jornalística ou não.

Pereira Júnior (2006) vai ao encontro do que Rocha (2007) pontua quando afirma que a narrativa dos fatos é uma reconstrução do real – e não um retrato. Uma leitura *sobre* e não *do* mundo.

O produtor de informação nunca é um só. No ciclo de produção da notícia, atuam sujeitos, veículo, convenções da rotina profissional e interesses corporativos. Há hierarquias, filtros, barganhas, hábitos incorporados, improvisos forçados pela pressão do fechamento, que tornam a informação resultado de uma manufatura, uma manipulação em cadeia. [...] O jornalismo é espelho sim, não dos fatos, mas dos agrupamentos humanos em que eles se disseminam (sociedade, organização empresarial, membros do campo jornalístico). (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 15).

O autor ainda afirma que o que o jornalista faz é observar e representar a realidade em segunda ordem. “O aparato de observação (ou o próprio observador) altera, inevitavelmente, aquilo que é observado.” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 59).

O que existe, portanto, é uma construção da notícia, um enquadramento do mundo externo processado a partir da realidade estrutural cognitiva do

jornalista e não o mundo tal qual é. Pereira Júnior (2006) ainda entende que a matriz primária da notícia não é a realidade, mas a percepção do fato.

não vemos a realidade quando lemos um texto, navegamos pela internet, vemos a TV, ouvimos o rádio. Com a matéria jornalística, ficamos diante de uma certa forma de contar os fatos, o que significa que eles passaram a dançar conforme o ato de conta-los. [...] A notícia encurta trechos expositivos, estica outros, relembra episódios correlatos ou suprime momentos inteiros. Tudo para caber no espaço destinado a ela, ser feita no prazo predeterminado. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 15).

Resende, citado por Rocha (2007) propõe o aparecimento da figura do narrador-jornalista e, conseqüentemente, suas posições.

Em um texto habitado pelo narrador-jornalista, o seu criador é liberado da obrigação de revelar qualquer verdade que seja: é o narrador quem observa e conta a história, subtraindo-se da ação narradora (pressuposto máximo da ação jornalística), sem entender a empiria e explícita do mundo real. Ele é uma estratégia textual, e é no texto que se revela. O jornalista (autor empírico), que precisa de habilidade para saber criá-lo, faz dele o seu olhar, naturalmente, mas não se faz nele. (ROCHA 2007, p. 22).

As proposições dos autores deixam claro que o jornalista atua como um mediador de um processo comunicacional e altera a realidade mesmo sem a intenção deliberada de distorcer. O jornalista é um intérprete e cria um simulacro a partir das imagens observadas por si (observador) e seu “ trabalho jornalístico é o de apresentar a versão pertinente. [...] Os limites da interpretação são sociais, econômicos, políticos e culturais. São formalmente ideológicos”. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 30).

Para Hernandes (2006), é aí que o mito da objetividade jornalística ganha impulso.

a objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar ‘apagar’ o modo pelo qual a realidade foi filtrada a partir do sistema de valores do jornal que, como empresa ou parte de um conglomerado de informação, não quer se revelar como um ator social atuante interessado nos aspectos sociopolíticos e nas conseqüências do que noticia. (HERNANDES, 2006, p. 30).

Observando a realidade de sua maneira, o jornalista não é um observador passivo. E o sistema de comunicação todo não é, em nenhum momento, passivo. A interferência inevitável daquele que observa, capta e narra o fato ainda se soma à outra ponta do desfecho, que é a recepção, como reitera Hernandez.

Na comunicação, os participantes se constroem (sic) e constroem, juntos, o objeto jornal. O público é, portanto, co-autor. Um autor leva em consideração as expectativas e as prováveis reações de quem vai receber o texto para construir um discurso com a eficiência desejada. Nesse sentido, o 'receptor' também participa da comunicação. (HERNANDES, 2006, p. 18).

Não figurar tanto a influência de quem emite quanto de quem recebe uma mensagem no processo comunicacional – e imaginar um processo fechado de mão única – bate fortemente com as perspectivas de comunicação apresentadas anteriormente. Ou seja, de imaginar que os seres participantes desta iniciativa de comunicação – cheios de histórias, desejos, frustrações, ideias, qualidades, defeitos, percepções, perspectivas e condicionantes -, são, de maneira geralista, caixas pretas (Marcondes Filho, p. 88).

#### 4. OBJETIVIDADE: UMA UTOPIA INOCENTE?

Para Habermas (1984), no início da profissionalização do jornalismo – em meados de 1800, localizados entre o primeiro e segundo jornalismo de Marcondes Filho (2001) -, até mesmo o lucro dos primeiros conglomerados empresariais que tinham suas atividades voltadas para a produção de notícias era colocado de lado ante a busca incessante de uma narrativa circundada de intencionalidades políticas e pedagógicas.

Influenciado pela atividade de homens doutos que se consideravam propagadores das luzes sobre as trevas, o jornalismo, logo após a Revolução Francesa, foi ponto de inflexão entre interesses de foro político e sua divulgação pública. Para Sodré (1999), o espaço dos impressos era uma área em que o jornalismo e a literatura se misturavam, dando espaço para jovens escritores conseguirem alguma notoriedade, prioritariamente e, por sorte, algum dinheiro. Este espaço destinado à divulgação literária nos jornais se articulava de forma a ser atração principal nos impressos, dando ao jornalista, também, um pouco da função de literato.

Até então, os jornais não se diferenciavam muito de colunas opinativas e divulgadoras de programas políticos partidários. Sem pretensão de explorar técnicas que pressupunham a objetividade, suas páginas serviam para fins pedagógicos e políticos e, a partir da organização de pequenos clubes de políticos, nasciam jornais em demasia, em que os jornalistas eram os próprios políticos, advogados e escritores.

Só a partir de meados de 1800, quando as redações jornalísticas passaram gradativamente a se profissionalizar e sob a influência da publicidade, a Imprensa começou a se organizar em grandes empresas capitalistas. O sonho romântico da primeira fase do jornalismo se transformou em uma grande esteira fordista de produção de notícias em larga escala.

Com a profissionalização do ofício de jornalista, evoluíram também as técnicas que Bahia (2009, p. 97) define como “[...] convenções de estilo criadas pela ordenação de critérios básicos, a fim de evitar abusos e vícios de imprecisão que comprometam irremediavelmente a compreensão da mensagem”. O autor ainda completa que estas [as técnicas] não devem servir como uma camisa de força para a atividade criativa do jornalista; antes disso,

seu aparecimento e aplicação se fundam na necessidade de critérios que estabeleçam diretrizes para garantir a inteligibilidade do texto jornalístico, evitando abusos e vícios de linguagem.

Erbolato (1979) vê no uso da terceira pessoa para as narrativas jornalísticas um suporte para distanciar o jornalista do objeto que visa reportar – o fato -, impingindo-lhe a ideia de isenção. O mesmo autor orienta a escrita jornalística narrada em terceira pessoa, como maneira de garantir a objetividade do texto.

Assim Bahia (2009) define a objetividade do texto jornalístico:

[...] a informação objetiva é a informação fiel ao que relata, precisa no que diz. Em sentido mais amplo, objetividade significa apurar corretamente, ser fidedigno, registrar as várias versões do acontecimento. É também ser criterioso, honesto e impessoal. (BAHIA, 2009, p. 23-24).

Para autores como Silva (2011) e Barros Filho (2008), a questão da objetividade desliza em sua conceituação justamente pela definição vaga de quem se propõe a discuti-la, sejam sociólogos, historiadores, jornalistas, deontólogos ou geógrafos da comunicação. Não se define se a objetividade é conceito, categoria, paradigma ou ideologia e, assim, deixa-se aberta uma lacuna que permite resvalar sobre as discussões percepções orientadas pelo senso comum.

Cardoso (2011) reitera a impossibilidade de se relatar, fielmente, a realidade objetiva dos fatos:

As representações simbólicas não retratam objetivamente a realidade, mas constroem versões desta a partir de determinadas crenças, valores ou interesses. Essa construção se dá pelas escolhas que são feitas nos vários níveis do processo de produção dos textos. Os relatos jornalísticos, como toda construção simbólica, não são isentos de condicionantes, pois a utilização da linguagem é, sem dúvida, um processo estruturante na significação. (CARDOSO, 2005, p. 183).

Barros Filho (2008) acrescenta que a objetividade surgiu circunscrita em um determinado período histórico da evolução do jornalismo. Para o autor, seu conceito faz parte de uma representação do jornalismo ideal, fortemente influenciada pelas discussões positivistas que marcaram um momento histórico

que permitiu a difusão do jornalismo enquanto prática. Para Glasser (*apud* Barros Filho, 2008, p. 13), “[...] a objetividade é apenas uma visão possível do jornalismo” e sua adoção como regra e procedimento deve ser questionada tanto por estudiosos da comunicação quanto por consumidores de produtos informativos.

Grande parte dos autores, como Marcondes Filho (2000), Barros Filho (2008) e o próprio Bahia (2009), aponta a quarta parte do século XIX como o momento do surgimento da objetividade como integrante da atividade jornalística. Entende-se que o momento em questão foi o auge do positivismo filosófico, alçado à categoria de cultura dominante e influenciando amplamente não só o jornalismo, mas grande parte das correntes científicas, ideológicas e até religiosas surgidas no período. Há características marcantes da filosofia positivista nas ciências sociais, como a antropologia, a sociologia e a comunicação.

Para Barros Filho (2008), o grande equívoco do alinhamento da filosofia positivista às demandas das ciências sociais foi entender como científico apenas o empiricamente verificável.

Mas, para Maffesoli (1998) grandes sistemas explicativos, como o freudismo e o positivismo, só assumem sentido no período em que surgem, perdendo sua legitimidade com a sequência de novas descobertas que passam a assumir significado através de novas concepções teóricas e metodológicas. A busca positivista do “que realmente é” [ou do que realmente são as coisas] errou por oferecer soluções aos problemas sociais baseadas em soluções tão incontestáveis como os das ciências exatas. Daí, todas as manifestações vindas da liberdade criativa dos homens passariam a ser entendidas como sem fundamento e irracionais.

Especificamente no nosso campo de estudo, o positivismo traz a distinção entre o que pode ser considerado “fato” e “juízo de valor”; entre a o “acontecimento” e a “opinião sobre o acontecimento”. Para Barros Filho (2008, p. 14), “Essa distinção foi um divisor de águas em outras ciências humanas, como o direito, a sociologia, a história, a ética e, conseqüentemente, o jornalismo”.

Bordieu (1994), aplicando seu conceito de “campo”, define o jornalismo como um campo – ou um espaço social –, em que são estruturados

encadeamentos simbólicos que assumem sentido [entre] e são defendidos por seus membros. Entre estes conteúdos simbólicos, culturalmente sedimentados, está a objetividade.

O campo jornalístico se constituiu como tal no século XIX em torno da oposição entre jornais que ofereciam *nouvelles*, de preferência “sensacionalistas”, e jornais que propunham análises e comentários, preocupados em marcar sua distinção enfatizando com vigor os valores da objetividade. O campo jornalístico é o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, acordado entre aqueles que reconhecem de forma mais completa os “valores” e os princípios internos, e o reconhecimento pelo maior número, materializado pelo grande número de entradas, de leitores, de ouvintes ou espectadores, ou seja, o índice de venda e o lucro monetário, um sansão inseparável do veredito do mercado. (BORDIEU, 1994, p. 4).

Os discursos profissionais da época evidenciavam os pormenores dessa cultura jornalística – que deixou resquícios no cotidiano redacional até hoje -, defendendo do conceito de objetividade possibilitado pelo domínio da técnica jornalística. A declaração de Lincoln Steffens (*apud* Barros Filho, 2008), editor do *New York Evening Post* em 1890, ajuda a entender essa questão.

Os repórteres tinham de se informar sobre a notícia que ocorria, fazendo-o como máquinas sem preconceitos, cor ou estilo. O humor ou qualquer traço de personalidade em nossos artigos era detectado, refutado e suprimido. (BARROS FILHO, 2008, p. 15).

É neste momento que surgem o lide e a pirâmide invertida como técnicas de redação que sintetizavam as informações tidas como “mais relevantes” no primeiro parágrafo do texto, facilitando a redação e a edição, que acontecia mesmo sem necessidade de conhecer o texto, cortando-se os parágrafos finais. Outro mito do jornalismo emerge neste mesmo momento. A imparcialidade, para os postulados do positivismo, era garantida por técnicas utilizadas até hoje nas redações, como a ausência de qualificativos, a atribuição das informações às fontes – e sua comprovação por meio de declarações textuais colocadas entre aspas -, a presença de discursos conflitantes – com

objetivo de aparentar a inexistência de enviesamento e a busca de fontes “especialistas” para garantir a legitimidade do discurso empregado.

Para Barros Filho e Bortolazzi (1996), essas características – intimamente ligadas ao contexto histórico em que surgiram –, estariam submetidas aos rígidos ditames do ideário positivista e representariam um ruptura simbólica com um ‘jornalismo do passado’: sujo e sensacionalista, atendendo, assim, a interesses específicos. É o que Silva (2011) entende como a narrativa da aparente estabilidade das instituições a partir da narrativa das rupturas, já que quando se determina o que é sensacionalista tem-se no imaginário a imposição do que representa um “jornalismo ideal”.

A partir da sistematização desta ideologia como dominante, e influenciando fortemente não só a práxis, mas também os estudos empreendidos no campo do jornalismo, a defesa da objetividade como procedimento necessário ao seu exercício passou a integrar manuais de redação e de introdução ao jornalismo, nos estudos e nos códigos de ética. Os estudantes começaram a aprender como deveriam a atuar como jornalistas, dando atenção à objetividade e fugindo dos “deslizes de subjetividade”.

O texto jornalístico é estruturado de enunciados relatados (MAINGUENEAU, 2005), ou seja, o redator procura atribuir às pessoas presentes durante o acontecimento do fato as linhas de seu texto, com objetivo de não aparecer. O discurso jornalístico ainda traz em a necessidade de que o contexto cognitivo dos falantes e ouvintes seja suficiente para reconhecer as referências que faz. O significado vem do conhecimento sociocultural que o emissor imagina possuir o receptor, antes de se iniciar o processo de comunicação, em virtude dos dois partilharem a mesma unidade linguística.

A enunciação jornalística, em sua condição de “apenas informar”, traz consigo uma bagagem de referências que nas ciências linguísticas recebe o nome de dêixis (SILVA, 2001), categorizados por pessoa, lugar, tempo, discurso e dêixis social. Há extrema importância no elemento dêitico de pessoa dentro do discurso jornalístico, porque o repórter tenta encobrir sua participação na construção ativa da realidade por meio da impessoalidade atribuída ao texto jornalístico e, assim, o leitor do texto é colocado como um segundo elemento dêitico de compreensão textual.

A partir destas posições defendidas por Silva (2011), podemos constatar que o discurso jornalístico é, nada mais, que a construção discursiva de diversas visões de mundo captadas, organizadas e apresentadas de maneira textual. São enunciados informativos que levam em conta relatos de como o fato ocorreu, declarações de protagonistas, circunstâncias e desdobramentos.

Essa construção da realidade a partir do jornalismo só é possível devido ao caráter social e dialógico da linguagem, posto que nela estão implícitos objetos do mundo real não recriados durante o processo de estruturação textual, mas significados à medida que o texto é composto, revisado, editado e lido de maneira interacional.

Para Silva (2011), nós construímos formas de perceber o mundo e essa percepção e descrição que fazemos do próprio mundo são frutos de categorizações que elaboramos constantemente acerca dos objetos que nos circundam. A consequência é que, ao partilhar uma linguagem, partilha-se também uma visão de mundo. Em linhas gerais, esta imagem não será necessariamente verdadeira. Para Davidson (1990, p. 110), “a nossa comunicação vem a ser o resultado dessa partilha que efetuamos esta imagem de mundo”.

O ponto principal das discussões de Silva (2011) e Barros Filho (2008) não é se o jornalismo é, de fato, um retrato da realidade, mas sim a maneira como os controladores dos meios de comunicação social usam a realidade como parâmetro das notícias e demais textos jornalísticos. Segue-se, então, uma lógica que abarca o conceito de um mundo natural que é entregue pronto para o leitor.

A deontologia da objetividade é ampla; outorga o respeito à verdade, a expectativa do receptor e a imparcialidade, tornando a descrição do fato com a presença de valores inaceitável.

O que ainda fica evidente é como as obras que visam orientar estudantes de jornalismo – adotadas como bibliografia básica em diversos cursos e diversas universidades brasileiras -, ainda trazem uma visão equivocada (e fortemente influenciada pelo senso comum) dos conceitos necessários para o entendimento do jornalismo. Essa discrepância teórica – que se afasta de um dos pressupostos básicos de todo desenvolvimento

científico – a interdisciplinaridade -, fica expressa em Erbolato (1979), amplamente adotado nas turmas de técnica de redação jornalística.

É preciso, ainda, evitar que o texto seja influenciado pelo repórter, que poderá distorcê-lo, com a sua apreciação pessoal e apaixonada. É difícil escrever com imparcialidade, porque o jornalista, ao narrar um acontecimento, pode encará-lo do ponto de vista favorável aos seus interesses e sujeito às suas emoções momentâneas. (ERBOLATO, 1979, p. 90 e 91).

E esses deslizes ficam claros quando o mesmo autor dá diretrizes para a composição de um bom texto jornalístico.

O repórter descreverá os tipos, a ação e o ambiente. Narrar apenas o que aconteceu, sem que se dê conhecimento do fato com pormenores, será perder a oportunidade de levar ao receptor um jornalismo vivo, atuante e com histórias humanas. (ERBOLATO, 1979, p. 105).

O próprio autor orienta a descrever no texto jornalístico pormenores que ele mesmo considera “distantes da objetividade” em “apenas conserva sua pureza objetiva quando se refere a fatos inquestionáveis, como o estado do tempo e os horários do relógio” (ERBOLATO, 1979, p. 91).

Parte expressiva do conhecimento academicamente produzido e a cediça necessidade de se alinhar esse conhecimento com a prática profissional, a evolução das técnicas jornalísticas, na pós-modernidade, tornaram-se uma cartilha que indica ações textuais passíveis de proibição dentro das redações, em vez de atender à sua função original de serem um parâmetro para garantir a inteligibilidade e fácil compreensão do texto, como postula Bahia (2009) sobre função da utilização de técnicas. Entre essas ‘proibições’ encontra-se o uso da primeira pessoa na escrita de textos jornalísticos, que é desencorajado como técnica no mercado de trabalho, para que se promova a imparcialidade.

Para Genro Filho (2012, p. 193), as reflexões científicas que versam sobre o aspecto conceitual da objetividade não costumam tocar o cerne da questão. O autor afirma ainda que os estudos se resumem aos aspectos sociológicos e psicológicos que garantem a impossibilidade de uma construção textual desprovida totalmente de opinião. Para ele, este caminho metodológico traçado pelos estudiosos de comunicação deixa aberta uma lacuna que

permite, a partir destas mesmas perspectivas críticas, buscar maior objetividade ou imparcialidade – até onde for possível -, dos textos, sem tocar no aspecto ontológico e epistemológico do problema.

Os principais autores que trazem na sua obra sobre jornalismo a impossibilidade de uma mediação comunicacional objetiva e imparcial deixam esta lacuna aberta para sua existência como uma possibilidade metafísica necessária para nortear o exercício do jornalismo. É o caso de Marcondes Filho (*apud* Genro Filho, 2012, p. 194), em sua tese de Livre Docência, quando diz que “[...] a busca de uma objetividade possível (enquanto meta) só pode ser possível com a busca da informação que evita a denúncia de sofismas”.

Barros Filho (2008), em seu livro *Ética na Comunicação*, define este conceito da objetividade como “objetividade ideal-típica”, evidenciando seu caráter subjetivo a partir das acepções de seus defensores. Para o autor, essa ótica da objetividade como utopia trata-se de uma visão idealista que visa retirar as contribuições interdisciplinares, criando um caução deontológico que impede a objetividade informativa de desaparecer dos estudos em comunicação por falta de objeto.

As críticas ao conceito de objetividade variam e vão de acordo com a linha de formação de seus autores. Enquanto jornalistas relatam obstáculos em relação ao fato, à fonte ou ao produto, filósofos, antropólogos e linguistas indicam problemas intransponíveis em relação à linguagem, aos signos e aos processos de codificação.

Mesmo que desprovidas de seu caráter heroico, de portador inquestionável da verdade, as técnicas jornalísticas só levaram a reafirmar o pensamento errôneo de que o texto jornalístico não possui um autor, mito embora se saiba que é impossível a total imparcialidade, já que o texto tem por trás um jornalista, cujas visões de mundo, ideologias, preconceitos levam a escolhas semânticas que inconscientemente influenciam na composição do texto.

Parte dessa discrepância entre o senso-comum, a prática e o conhecimento produzido no interior das universidades acerca da teoria e da técnica jornalística é prejudicial à construção da democracia, uma vez que o leitor depende do veículo jornalístico para se informar e tem sedimentado no

seu imaginário que a informação trazida por esse meio é isenta de impressões pessoais do autor do texto.

Genro Filho (2012) vai mais ou menos ao encontro de Silva (2011) quando o segundo autor afirma que o jornalismo existe para narrar as rupturas institucionais, ao passo que reafirma sua aparente estabilidade. Para Genro Filho,

Não há dúvida que a chamada “objetividade jornalística” esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica em uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia e concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas. (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

Ambos autores concordam sobre a apreensão do senso comum presente nas teses que aventam a hipótese da objetividade, além da forte marca positivista – acolhida pelas narrativas jornalísticas durante sua passagem pelo século XIX -, a ênfase se dá na significação meramente funcionalista do universo social vivido pelos que entendem a objetividade como uma obrigação jornalística: suas reflexões estão calcadas em sua experiência cotidiana e individual.

Por esses mesmos motivos, a ideologia das classes dominantes se torna, normalmente, hegemônica e o senso comum tende a decodificar essas experiências como fatos verdadeiros, objetivos e universais. A reprodução social toma corpo de uma reprodução biológica de cada indivíduo.

Silva (2011) ainda confirma os entendimentos acumulados até agora, que justificam o discurso da objetividade como um recurso comercial utilizado para garantir que o leitor [ou interlocutor] tenha no relato jornalístico uma imagem do próprio fato da vida real.

## 5. METODOLOGIA

A proposição inicial deste trabalho se concentrava em realizar um estudo acerca do uso da primeira pessoa como técnica discursiva no jornalismo impresso e visávamos alcançar este objetivo respondendo à questão “O desencorajamento do uso da primeira pessoa como técnica redacional ampara-se no critério de objetividade?”, por meio de uma pesquisa bibliográfica aliada a uma pesquisa etnográfica em uma redação de jornal impresso diário.

Pensamos na abordagem dessa questão a partir de uma perspectiva teórica que pudesse abarcar o conceito de objetividade de uma maneira interdisciplinar. Para alcançar este objetivo, a pesquisa bibliográfica concentrou seus esforços em buscar inter-relações entre as sondagens empreendidas por autores clássicos que tratam este tema dentro das ciências da comunicação e tópicos de outras áreas do conhecimento, como a linguística e a sociologia.

Após a etapa bibliográfica, que foi capaz de aprofundar as reflexões sobre como a objetividade do texto ainda é um tema tratado de maneira superficial pelas ciências da comunicação, pudemos aprimorar a questão que procuramos responder. Diante disso, assumimos um caminho mais direcionado a compreender a influência do senso comum na rotina jornalística e no pensamento coletivo de jornalistas que atuam e atuaram em redações de jornal impresso, também com objetivo de compreender se a evolução do jornalismo como campo do conhecimento ao longo dos anos influenciou no comportamento dos jornalistas e na sua atuação dentro da rotina jornalística de pauta, apuração e redação de notícias para o meio impresso.

Como é comum em pesquisas etnográficas, a lapidação do problema de pesquisa ao longo do percurso assumido pode levar à inserção de outras questões (GIL, 2012). Além da questão-chave deste trabalho, as reflexões teóricas nos permitiram a amplificação da investigação para: “O desencorajamento do uso da primeira pessoa como técnica redacional ampara-se no critério de objetividade? Este critério, imbuído no pensamento coletivo dos jornalistas, é influenciado pelo senso comum?”. A partir do acréscimo deste problema, que acreditamos permitir um resultado favorável a partir do método de coleta de dados escolhido, partimos, então, para a segunda etapa desta pesquisa, que envolve a coleta de dados em campo.

O método escolhido foi o etnográfico, com o objetivo de cruzar as informações obtidas na pesquisa bibliográfica e determinar minúcias na cultura do grupo pesquisado. Segundo Gil (2012), por meio da pesquisa etnográfica o pesquisador pode realizar descrições profundas sobre o ambiente pesquisado a partir de características de ordem histórica, política, social, econômica e ambiental do grupo a que se propõe estudar. As observações empreendidas nesta metodologia permitem, ainda, colocar os dados em um panorama amplo, de forma que assumam significado de acordo com as perspectivas dos membros do grupo.

Por estes motivos, habitualmente a observação empregada na pesquisa etnográfica acontece por meio de atividades mais integradas e menos sequenciais (GIL, 2012).

Após a formulação do problema e a sondagem dos dispositivos teóricos utilizados para a revisão bibliográfica, as etapas subseqüentes compreendem a seleção da amostragem, que obedeceu a alguns critérios a serem elencados posteriormente, coleta dos dados – por meio de duas técnicas pertinentes à metodologia empregada –, análise dos dados e a redação do relatório final.

Como é de praxe em pesquisa etnográfica, o problema inicialmente proposto foi se aprimorando à medida a que a pesquisa avançou e foi sendo adequado à metodologia, já que nem todas as questões podem ser solucionadas mediante investigação etnográfica, por se tratar de uma modalidade de pesquisa essencialmente descritiva.

A escolha da pesquisa etnográfica deveu-se ao fato de que consideramos o jornalismo como uma modalidade cultural por possuir entre seus membros partilha de signos e símbolos comuns aos demais membros, definição que vai além da mais comumente aceita. Isto explica o jornalismo como profissão especializada, objeto de pesquisa e área de conhecimento (MACHADO, 2013).

Segundo Alves-Mazotti (1998), nesta modalidade de pesquisa não existe preocupação do pesquisador em selecionar uma amostra proporcional e representativa em relação ao universo pesquisado, mas deve haver preocupação em selecionar membros do grupo que ofereçam contribuições ao problema proposto e, à medida que a pesquisa avança, o pesquisador deve definir quantos elementos ainda convêm pesquisar. O autor reitera a

necessidade da escolha de pessoas que dispõem de notável conhecimento acerca da cultura do grupo, organização ou comunidade que esteja sendo pesquisada. Não há a expressa necessidade de que o informante seja um membro proeminente no grupo, mas é importante que seja alguém com capacidade de fornecer informações que enriqueçam o trabalho de pesquisa; por este motivo, para a escolha dos informantes-chave (Gil, 2012), considerou-se o tempo de trabalho em redações de jornalismo impresso diário e a formação específica em Jornalismo, já que o objetivo deste trabalho é obter relações entre o conhecimento apreendido na academia e suas interações com a rotina de uma redação.

Nesta etapa, que compreende a seleção da amostragem pesquisada, foram considerados alguns critérios e a amostra foi dividida em dois blocos:

**Bloco 1:** Jornalistas – homens ou mulheres -, atuantes em redação de jornal impresso diário, com formação acadêmica em jornalismo ou em comunicação social com habilitação em jornalismo e com até 10 anos de experiência.

**Bloco 2:** Jornalistas – homens ou mulheres -, atuantes em redação de jornal impresso diário, com formação acadêmica em jornalismo ou em comunicação social com habilitação em jornalismo e com mais de 10 anos de experiência.

Cada um desses blocos contou com um informante-chave (Gil, 2012), definido a partir da observância dos anos de experiência em redação definidos como critério de seleção e mais quatro outros entrevistados que possuíam menos anos de experiência, desde que atendessem à quantidade de tempo definida nos critérios de seleção.

Convém considerar que, normalmente, os membros da comunidade não estão interessados no trabalho desenvolvido pelo pesquisador e podem até manifestar certa hostilidade em relação a ele e à sua pesquisa, por isso, os autores consideram que o ingresso deve ser facilitado por meio de alguns membros (uma pessoa que tenha credibilidade entre os membros do grupo, como um diretor em uma organização empresaria, um líder em organizações religiosas ou um pajé em uma comunidade indígena).

A modalidade etnográfica pressupõe a utilização de dois ou mais processos comparáveis de obtenção de dados, com vistas a ampliar a compreensão dos dados coletados e contextualizar as interpretações e explorar a variedade de pontos de vista relativos ao tema. Dentre os métodos

possíveis para obtenção das informações desejadas, escolhemos dois: a observação não participante e a entrevista.

A primeira etapa assumiu a forma de observação não participante, que se caracteriza pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno pesquisado sem interferir no desdobramento de sua rotina natural, com a finalidade de obter informações acerca da realidade vivenciada pelas pessoas em seus próprios contextos. Tem – porém - como principal requisito a presença constante no campo, em convívio com os informantes durante algum tempo. No caso deste trabalho, envolveu seis dias. Trata-se, portanto, de um processo de imersão do pesquisador no universo que visa descrever.

A observação supõe a interação pesquisador/pesquisado. Assim, as informações que obtém dependem do comportamento do pesquisador e das relações que desenvolve com o grupo estudado. Sua integração plena ao grupo, no entanto, é improvável, pois sempre pairará sobre ele uma atmosfera de curiosidade ou mesmo de desconfiança. E ele não pode se esquecer que é um observador que está sendo observado o tempo todo (WHITE, 2005).

Embora a etnografia seja reconhecida como técnica de observação, a maioria das informações relevantes é obtida por meio de diversos tipos de entrevista: estruturada, semiestruturada e informal. (GIL, p. 129).

Entrevistas estruturadas e semiestruturadas são mais relevantes quando buscam obter informações sobre um tópico específico e, normalmente, em etapas mais avançadas da pesquisa. Entrevistas informais são as mais comuns em pesquisa etnográfica. São conversações casuais; tem agendas específicas, assim como a entrevista estruturada, porém menos explícita.

Por se tratar de uma etapa da pesquisa em que se tem como objetivo a obtenção de informações acerca de tópicos previamente definidos por meio da exploração bibliográfica, a técnica escolhida como mais pertinente foi a entrevista semiestruturada, com um instrumento de pesquisa previamente determinado. Um fator importante na escolha da entrevista como técnica foi também a familiaridade dos pesquisadores com a técnica, uma vez que se trata de um elemento comum à rotina jornalística.

Para que um estudo etnográfico tenha valor, é preciso que seja capaz de acrescentar algo ao que já é conhecido – nesta pesquisa específica, trabalhamos com a perspectiva de que a objetividade do texto é um mito

circunscrito em um determinado período da história e que perdurou devido à fase vivida pelo jornalismo neste mesmo período -, isso não significa, porém, que deva apresentar obrigatoriamente uma nova perspectiva teórica sobre o assunto tratado. O estudo é válido quando se permite levantar novas questões e hipóteses para estudos futuros.

O objetivo mais esperado no processo de investigação etnográfica é a identificação de padrões de comportamento e pensamento e o que interessa ao pesquisador é verificar se, em meio à ampla diversidade de ideias e comportamentos manifestados por diferentes atores em diferentes situações, existe algo que pode ser definido como comum a todos ou à maioria dos membros do grupo pesquisado.

Tendo em vista a perspectiva cultural, a observação da atividade jornalística na redação compreendeu todos os processos que a produção de uma notícia envolve e que se inicia na pauta.

Inicialmente, em meio a comportamentos e pensamentos diferenciados, o pesquisador identifica semelhanças, diferenças e conexões entre os dados e percebe que alguma coisa se destaca como forma usual de pensar e agir no local estudado. Tem-se, então, um padrão, ainda que identificado de forma insipiente. Daí, começam a surgir exceções à regra e detectam-se variações em relação ao modelo. Essas variações ajudam a circunscrever a atividade e a clarificar os seus significados – e então, mediante novas comparações e combinações entre o modelo e a realidade observada, definem-se os padrões.

## 6. DESCRIÇÃO DE CAMPO

É difícil definir quando começa e quando termina a rotina de trabalho na redação analisada, a do Jornal da Cidade, localizada em Bauru, no estado de São Paulo. Por se tratar de uma redação de jornalismo impresso vinculada a uma plataforma digital com atualização de conteúdo 24horas, a redação nunca fica vazia. Posto que nosso trabalho tem como proposta analisar os desdobramentos do que chamamos “cultura jornalística” na prática redacional cotidiana em um jornal impresso, nossa observação se prendeu unicamente à atividade exercida pelos jornalistas vinculados à redação do impresso e levando em conta características próprias do grupo estudado, como a localização espacial das mesas de trabalho e a caracterização utilizada pelos próprios jornalistas, como “do impresso” ou “da internet”.

Embora haja réplica do conteúdo produzido para o impresso na plataforma digital, as redações funcionam de maneira independente; com equipes, pautas e critérios de noticiabilidade próprios de cada suporte. A rotina e as características culturais aqui descritas se circunscrevem, neste estudo, apenas à praticada pelos jornalistas e editores que atuam/atuaram na redação do jornal impresso diário.

Para podermos comparar a rotina diária de uma redação de jornal impresso com as diretrizes normalmente contidas nos códigos utilizados por professores e graduandos em jornalismo na universidade, a fim de contextualizar as informações obtidas por meio da pesquisa de campo com as informações disponibilizadas ao longo do curso de jornalismo, utilizaremos os conceitos presentes em duas obras, uma de cunho mais técnico e com direcionamento mais focado na prática redacional – o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo*, editado pela PubliFolha em 2001 – e um de cunho mais teórico, com conceitos mais alinhados com a pesquisa em jornalismo e, mesmo que antigo, ainda muito utilizado nas aulas de teoria e técnica de reportagem – o *Técnicas de Codificação em Jornalismo*, de Mário Erbolato (1979).

As duas obras apresentam praticamente a mesma diretriz de rotina praticada em uma redação de jornal, com início, meio e fim e funções definidos, a fim de caracterizar no dia a dia de uma redação as técnicas estudadas, pesquisadas e aprendidas na universidade.

Faremos aqui uma pequena retomada da rotina tal qual indicada nas duas obras, a fim de, posteriormente, compará-la com a rotina observada. Em caso de alguma discrepância entre os pontos aferidos nas duas obras, a divergência será explicitada e trará as informações contidas em cada uma das obras.

Ambas as publicações convergem no ponto de que a rotina na redação começa com o trabalho do pauteiro (Erbolato, 1979) ou chefe de reportagem (Folha, 2001). É essa figura que indica quais serão os temas tratados na edição em questão. O pauteiro deve ser o primeiro a chegar à redação, a fim de ler as notícias presentes na edição anterior do jornal, tanto da sua redação quanto nas concorrentes, ouvir notícias de outros veículos, como os radiojornais e telejornais, e definir os assuntos. Definidos os assuntos, são elaboradas as pautas – por pauta, entende-se a sugestão ou o planejamento da matéria a ser realizada, com informações relevantes sobre o episódio, obtidas por meio de pesquisa do pauteiro, indicação de possíveis fontes e possíveis perguntas e possível angulação da matéria. Aqui, deve-se frisar o possível, porque por se tratar de um trabalho feito no interior da redação, o pauteiro não consegue ter – com absoluta certeza -, a dimensão do que se trata o fato, devendo o repórter não ficar intrinsecamente ligado às informações da pauta, mas, a partir das técnicas de apuração e da observância dos critérios de noticiabilidade, define se o indicado na pauta é ou não o melhor caminho a ser percorrido.

Os dois autores ainda dão especial atenção ao debate que antecede a elaboração da pauta, a fim de que a visão final apresentada pela matéria não seja única, mas produto de um processo de discussão com visões de diversos profissionais como fica claro no trecho a seguir:

A discussão em equipe é a garantia para estabelecer um regime de criatividade e de transparência nas informações entre jornalistas. Por meio da discussão, fatos ligam-se a outros fatos, ideias são ampliadas graças a outras ideias, fatos enriquecem-se com as ideias e vice-versa. (FOLHA, 2001, p. 20).

Definidos os assuntos pelo pauteiro e elaborada a pré-pauta, recomenda-se a realização de reunião de pauta, estando presentes o pauteiro,

o repórter, o editor de área, o editor chefe ou chefe de redação, o editor de fotografia, o repórter fotográfico e o diagramador, a fim de distribuir as pautas entre os repórteres e discutir os melhores caminhos de apuração e redação, além dos elementos visuais que estarão presentes na matéria, como foto ou infografia. Dos debates presentes nesta reunião, deve sair a pauta consolidada, que é entregue para cada repórter partir para a segunda etapa do processo, que é a apuração.

Erbolato (1979) define o processo de apuração como o mais importante no percurso de construção da notícia. É neste momento, aponta o autor, que o repórter vai para a rua em busca das informações necessárias para a realização da pauta em questão. Esta é um elemento indissociável do processo de informação e significa o levantamento completo dos dados referentes ao acontecimento pautado que servirão de substrato para a redação da matéria. Em resumo, é o processo que antecede a notícia e que leva à formulação final do texto.

A partir da inserção de novas tecnologias na prática jornalística, houve uma reformulação nas técnicas de observação, devido às demandas de produção impostas pelas empresas jornalísticas. Embora não indicadas pelos autores, muitas vezes o uso do telefone e da internet passaram a integrar as técnicas de apuração, tornando a participação do jornalista na observação e na captação das informações menos ativa.

Posto isso, entendemos que falar em técnicas de apuração significa falar não só em um conjunto de técnicas, mas em um conjunto de habilidades executadas pelos jornalistas, como a observação do evento e seus desdobramentos ao longo do tempo que o repórter permanecer no local, mas sem deixar de lado técnicas como a entrevista de fontes de informação, sejam oficiais, oficiosas, testemunhais ou especialistas, a leitura de dados de natureza técnica etc. Erbolato (1979) ainda completa que ao longo do tempo a atividade jornalística tornou-se uma atividade coletiva, organizacional e industrial, exigindo do repórter certa operacionalidade em seus atos e definição clara de seus objetivos – pré-definidos e balizados por parâmetros de avaliação dos critérios de notabilidade dos eventos, cuja execução é controlada por outros jornalistas, e daí surge a necessidade da observância técnica dos critérios necessários para a apuração, mas sempre dando atenção para as habilidades

de apuração, como o *feeling* jornalístico, que serão grandes aliados na definição final do gancho e da redação da matéria a ser veiculada. No processo de apuração, o repórter também é acompanhado por um repórter fotográfico, fotógrafo ou fotojornalista que, estando inserido na discussão que orientou a elaboração da pauta consolidada, estará apto para utilizar suas técnicas próprias e capturar imagens que melhor ilustrem o fato a ser relatado, sempre observando os critérios de noticiabilidade presentes e o “gancho” ou angulação definidos na reunião de pauta. Entretanto, no local de ação do fato, da mesma forma que o repórter deve ter liberdade – tanto hábil quanto técnica -, para definir melhores caminhos de execução da pauta, o repórter fotográfico deve estabelecer diálogo com o repórter, a fim de que o trabalho seja realizado integradamente e texto e imagem sigam os mesmo parâmetros para a definição da peça final.

Paralelo a isso, Folha (2001) dá especial atenção à fotografia no contexto de produção da notícia. O manual indica que o fotojornalismo é muito mais do que um complemento da informação escrita e por isso possui uma história à parte do jornalismo escrito, garantindo sua legitimidade no processo de informação. Diante disso, o manual reafirma a necessidade de sintonia entre o repórter fotográfico e a redação, a fim de trazer acréscimos positivos para o produto final.

Feita a captação das informações durante a apuração, o próximo passo a ser executado é a redação da matéria. Neste momento, o repórter retorna à redação com as informações obtidas e passa a redigir a primeira versão da matéria final. Tanto Erbolato (1979) quanto Folha (2001) indicam que a notícia deve ser iniciada pelo lide (ou *lead*) – parágrafo que contenha as informações julgadas como “mais importantes” logo no início do texto.

Toda reportagem deve ser iniciada com a informação que mais interessa ao leitor e ao debate público (o lide); deve ainda contextualizar os fatos e expô-los objetiva e criticamente, com exatidão, clareza, concisão, didatismo e uso correto da língua. (FOLHA, 2001, p. 28).

Para Erbolato (1979), o lide tem como objetivo principal introduzir o leitor ao assunto da reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas primeiras linhas. Para o autor, entende-se que qualquer texto publicado no jornal tenha

um núcleo com a informação mais importante, seja esta o fato em si, um desdobramento, uma revelação, a ideia mais significativa de um debate ou o aspecto mais polêmico ou curioso de um evento. Para que essa informação seja obtida, o autor orienta que se responda a seis perguntas básicas sobre o evento já no primeiro parágrafo do texto (o quê, quem, quando, onde, como e por quê), evidenciando, assim, os tópicos mais importantes e necessários à compreensão da matéria.

Entretanto, o Manual de Redação da Folha (2001) deixa claro a necessidade e a importância da apuração do fato pelo jornalista para que seja identificado o núcleo mais importante da matéria.

O texto do lide dependerá, sobretudo, da própria argúcia do jornalista para descobrir, no conjunto de sua apuração, aquilo que é o ponto mais forte, atual e de mais amplo interesse em relação à realidade que está vivendo. (FOLHA, 2001, p. 29).

Outras orientações são indicadas também para a elaboração do texto jornalístico, como o uso de terceira pessoa, a fim de garantir o distanciamento do jornalista do fato – promovendo a busca pela imparcialidade e pela objetividade -; a opção pelo discurso direto, para tornar a estrutura mais objetiva e reduzir a presença de erros de concordância; evitar o uso do modo imperativo verbal, por se tratar de uma característica da linguagem publicitária; o uso de sinonímia, a fim de evitar repetição de palavras; o uso de verbos de elocução e declarações textuais para garantir a chancela da informação por alguém que tenha presenciado ou entenda sobre o assunto; evitar o gerúndio, por dar impressão de continuidade à informação; e de advérbios, por alongarem o período textual; e de dados subjetivos, generalizações ou ironias, por serem semanticamente imprecisos, além de termos técnicos e siglas não seguidas de explicação. O agrupamento de informações semelhantes, chamado de coesão, e a aplicação da lógica textual, coerência, também devem orientar a redação do texto jornalístico, a fim de favorecer sua singularidade e interesse público diante da divulgação do fato noticiado.

Redigida a matéria, esta passa para a apreciação dos superiores da editoria à qual pertence, processo este chamado de edição ou correção. Neste momento, a matéria é corrigida pelo editor assistente ou subeditor (se houver)

antes de chegar ao editor para a correção final. É nesta fase que o conjunto de editores define se a matéria atende aos critérios jornalísticos adotados na apuração e redação, se a hierarquização aconteceu de maneira coerente, se os dados estão claros e se tudo está compreensível para o leitor. Durante esta fase o editor também avalia a disposição dos elementos visuais e da própria matéria na página do jornal.

Elencada essa rotina como base, definida por Erbolato (1979) e Folha (2001), seguiu-se à observação da rotina praticada pela redação do Jornal da Cidade de Bauru, observando cada etapa do processo produtivo a partir da visão dos autores. O processo de observação não participante ocorreu durante um período de três visitas – especificamente para observação da rotina -, e mais duas visitas, em que foram realizadas as entrevistas. Durante a observação, fui inserido no grupo estudado por um informante-chave, como define Gil (2012), que forneceu as informações necessárias sobre a rotina e tirou dúvidas relativas ao processo.

Neste período, que antecedeu o contato direto com os membros da cultura estudada, pode-se observar certa discrepância com a rotina trazida nos autores.

Começamos a contar a rotina a partir do momento de chegada da editora de pauta, que chega junto com a editora-chefe, antes do restante dos funcionários. Enquanto a editora-chefe concentra suas atividades em questões administrativas, a editora de pauta começa sua rotina lendo a edição do dia do jornal, a fim de procurar assuntos que possam ser retomados na edição seguinte. Após esse processo, começa a elaboração das pautas, enquanto ela fica ligada a noticiários televisivos e radiofônicos a fim de capturar algum assunto como pauta também. As primeiras pautas tem de ficar prontas até as 9h, quando chegam os primeiros repórteres para iniciar a apuração.

Chegando os repórteres, as pautas já são distribuídas e eles iniciam o processo de apuração. Este é um ponto chave da diferença entre a rotina apresentada pelos autores e a rotina praticada pelo grupo estudado. Tanto Erbolato (1979) quanto Folha (2001) reafirmam a necessidade da reunião de pauta ocorrer antes do início do processo de apuração da matéria, além de indicarem a importância da discussão prévia entre a equipe.

Por volta das 13h, quando os repórteres chegam com as primeiras informações resultantes do processo de apuração da pauta, a reunião de pauta começa a acontecer gradativamente em uma mesa no canto da redação. Nesta, habitualmente estão presentes o repórter, a editora de pauta e o editor executivo e o chefe de redação. Não é raro que neste momento ocorra alguma discordância entre repórter e os editores que não estavam presentes na entrega da pauta em relação aos direcionamentos de angulação definidos pelo repórter durante a apuração.

Há, nesse momento de discussão, possibilidade do repórter questionar a decisão do editor e tentar convencê-lo do contrário, mas durante os dias observados isto não aconteceu nenhuma vez. Em todas as vezes, o repórter retornou para a apuração para atender às exigências de mudança elencadas pelos editores.

Um ponto a se ressaltar é que, dificilmente, as apurações observadas aconteceram no local em que ocorreu o fato. As entrevistas foram realizadas via telefone, e-mail e redes sociais, como mensagens diretas no Facebook e apenas o repórter fotográfico se deslocava para capturar a imagem. Aqui também pode ser notado outro ponto de diferença entre a rotina definida pelos autores e a praticada pela redação.

Erbolato (1979) por várias vezes evidencia a necessidade da presença do repórter no local de acontecimento dos fatos, principalmente porque define o trabalho jornalístico não como a captação de diversas narrativas, mas a construção de uma narrativa baseada na observação direta do fato relatado, no contato com as fontes de informação, trazendo em sua narrativa não só os elementos da linguagem necessários para a construção da narrativa, mas a estrutura de cenário e relações causais daquele fato com o cotidiano (contexto).

Também se notou certo distanciamento em relação à necessidade do trabalho em equipe, como elencado por Folha (2001), quando suscita que o trabalho de fotorreportagem deve estar alinhado de maneira editorial com a matéria a ser escrita. No processo de apuração é que seriam definidos, em equipe de reportagem, os melhores direcionamentos jornalísticos para a imagem a ser captada.

Durante a tarde, o processo de redação começa, imbricado com a elaboração e apuração de outras pautas e tudo deve ficar pronto até as 19h, quando vai para a correção, realizada apenas pelo editor de caderno (o jornal não dispõe de editor assistente nem de sub-editor).

O mesmo editor também escolhe as imagens que irão compor a matéria e envia todo o material para a diagramação – aqui também se pode notar certo descompasso entre os critérios elencados por Erbolato (1979) e Folha (2001). Ambos convergiam na opinião de que a composição visual da matéria deveria ser discutida em grupo interprofissional, com o repórter que participou de todo o processo de apuração e redação, diretor de arte e editor de imagem, a fim de buscar mais harmonia entre os direcionamentos do texto da imagem.

Após o período de observação, em que se pode constatar certo descompasso entre os critérios jornalísticos de pauta, apuração e redação e os praticados na redação estudada, esta pesquisa de campo partiu para sua segunda etapa, que compreendeu na realização de entrevistas semiestruturadas com dez membros (subdivididos em duas classes) dos profissionais que trabalham na redação.

As entrevistas seguiram um roteiro definido previamente, porém, devido à necessidade de auferir determinadas informações durante o decorrer da entrevista, certas perguntas foram adicionadas, ao passo que outras foram retiradas do roteiro.

As respostas foram divididas em dois grupos [em duas tabelas de análise diferentes] e seus respectivos respondentes foram nomeados por meio dos indicativos J1, J2, J3, que representam Jornalista 1, Jornalista 2 etc., respectivamente, até abarcar todas as respostas.

**Tabela 1 – Elementos entrevistados**

<b>J</b>	<b>IDADE</b>	<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>	<b>TEMPO DE PROFISSÃO</b>	<b>FUNÇÃO ATUAL</b>
<b>J1</b>	51 anos	Superior – Jornalismo	24 anos totais <sup>11</sup>	Editor
<b>J2</b>	50 anos	Superior – Jornalismo	25 anos	Editor
<b>J3</b>	60 anos	Superior - Comunicação Social <sup>2</sup>	37 anos	Repórter <sup>3</sup>
<b>J4</b>	56 anos	Superior – Jornalismo	26 anos	Editor
<b>J5</b>	57 anos	Superior – Comunicação Social	30 anos <sup>4</sup>	Editor
<b>J6</b>	28 anos	Superior – Jornalismo	6 anos	Repórter
<b>J7</b>	25 anos	Superior – Jornalismo	4 anos	Repórter
<b>J8</b>	32 anos	Superior – Jornalismo	4 anos	Repórter
<b>J9</b>	32 anos	Superior – Jornalismo	7 anos e meio	Repórter
<b>J10</b>	27 anos	Superior – Jornalismo	4 anos	Repórter

A tabela 2 apresenta as respostas fornecidas pelos jornalistas entrevistados às questões elaboradas no pré-roteiro. Deve-se ressaltar que algumas das perguntas elencadas inicialmente no roteiro prévio foram retiradas desta análise por se tratarem de questões de contextualização (nome, idade, tempo de profissão) e outras por não trazerem relação direta com o tema. Sobre as respostas utilizadas, as que foram realizadas na redação foram gravadas, transcritas e seu conteúdo encontra-se na íntegra nas tabelas a seguir. Outras, que foram realizadas por e-mail, também têm seu conteúdo transcrito na íntegra.

A única diferença entre as que foram transcritas e as que receberam seu conteúdo escrito, é que nas transcrições foram retirados cacoetes, marcas de fala e vícios de linguagem, além de repetições, a fim de facilitar a

<sup>1</sup> A jornalista ficou durante um período de 4 anos afastada da redação do Jornal da Cidade, trabalhando em outros veículos. Depois deste período, retornou a esta redação, em que permanece até hoje. Seu tempo total de profissão somou o tempo anterior à sua saída com o após seu retorno.

<sup>2</sup> Curso de Comunicação Social da antiga Fundação Educacional de Bauru deu origem ao que hoje é o curso de jornalismo da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp)

<sup>3</sup> Já atuou como Editora Chefe em outro meio de comunicação.

<sup>4</sup> Atuou durante 27 anos como repórter e o restante como editora.

inteligibilidade do conteúdo. As entrevistas realizadas ao vivo foram gravadas e seu conteúdo encontra-se em arquivo digital.

Tabela 2 – Entrevista semiestruturada<sup>5</sup>

<b>1 - Quais as principais diferenças que você pode perceber entre a maneira que você aprende jornalismo na faculdade e a realidade da redação?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – “Ah, eu acho assim, na faculdade a gente fica mais focado na parte acadêmica. A gente quer discutir mais as questões filosóficas, as questões de conteúdo, as questões sociológicas. A gente está voltado mais para esse mundo. Aí quando você chega para trabalhar, você tem que encarar o dia a dia. Às vezes não é nem uma matéria muito importante que você tem que fazer, mas às vezes é uma matéria de prestação de serviço, então é aquela coisa de você se deparar com a realidade, entendeu? Então você até meio que se distancia do meio acadêmico, porque as suas necessidades são outras. Você precisa saber muito da vida prática, da vida do dia a dia. Desde onde se deposita um galho que a pessoa cortou da árvore, até um entulho. Aí as questões mais acadêmicas vão ficando de lado”.
<b>J2</b> – “Ah, muita. Mesmo porque eu fui de uma turma. Eu me formei pela Unesp e eu peguei um período muito ruim na Unesp. Porque eu peguei duas transições na Unesp. Porque quando eu prestei vestibular, lá pelos anos de 1986, lá em 85 na verdade, tava em transição de Fundação Educacional pra Universidade de Bauru. Então eu peguei a transição. Dois anos depois que eu tava na Universidade. Então dava pra dizer que tava mais ou menos sucateado. Os laboratórios não funcionavam direito, tinha uma parte que funcionada aqui no Campus e outra parte que funcionada lá onde hoje é a Diretoria de Ensino. Era muita loucura. Era tudo muito arcaico, então eu aprendi na faculdade a diagramar através de paica pra você ter uma ideia. Paicas eram réguas que se usava para fazer essa diagramação aqui do jornal. Aí dois anos depois foi pra Unesp. E toda aquela confusão de novo de Unesp. Então eu aprendi muito na raça. Então quando eu vim para o mercado de trabalho era tudo muito diferente, mesmo o processo de diagramação.. Então a gente tinha a técnica, sabia como fazer, porque a gente tinha as aulas de técnicas, tinha as disciplinas básicas de como escrever, você sabia como fazer. Mas foi muito diferente, foi muito difícil. Tanto que o primeiro texto que eu fiz foi muito complicado. Então, foi muito complicado.
<b>J3</b> – “Muitas, mas devo ressaltar que estou fora do meio acadêmico desde 1991, quando ministrei a disciplina de jornalismo especializado na antiga Unesp... então não posso avaliar hoje com profundidade. De qualquer forma, a priori, a prática está a meu ver muito distante do currículo específico do curso. Pelo que vejo dos “focas” de hoje essa diferença continua bem grande.”
<b>J4</b> – “A faculdade me ensinou muito pouco. Aprendi mesmo fazendo. A faculdade fica muito fechada em um mundo individual, não costuma considerar o que realmente acontece no dia a dia do trabalho jornalístico. Esse é o grande problema, as pessoas chegam aqui e se não têm experiência anterior não

<sup>5</sup> Tabela dividida em 2 partes, com comentários subsequentes às perguntas/respostas apresentadas pelos jornalistas entrevistados.

conseguem trabalhar”.
<b>J5</b> – “A grande diferença é que na faculdade a gente aprende como fazer certo. Na redação, na prática, a gente tem de fazer sob pressão e às vezes, quase sempre, acaba fazendo errado. Errado que digo é fugir da maneira correta das teorias, porque tem pressão de editor, pressão da diretoria, pressão do comercial, aí a gente acaba fazendo como pode. Não ensinam na faculdade que a gente vai ter um patrão”.
<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
<b>J6</b> – “O que eu sempre digo é que sinto que a faculdade não me valeu de nada. Lá eles ensinam coisas lindas, mas que na verdade não tem nenhuma ligação com a realidade. A gente discute muito e eu até entendo que a discussão seja para a realidade ser mais ética, mas é muita discussão que na prática a gente esquece, acaba fazendo do jeito que consegue porque senão nem emprego a gente tem. Minha escola de jornalismo foi trabalhar mesmo”.
<b>J7</b> – “Não tem nada a ver com o que eu aprendi na faculdade, na verdade, sabia? Eu aprendi a fazer jornalismo, a minha escola de jornalismo foi a CBN, que foi onde eu fiz estágio por 4 anos. Se eu tivesse me formado e não tivesse feito estágio em outro lugar, eu não teria condições de estar no mercado de trabalho. Muito difícil. Porque a faculdade... A UEL é excelente, tem ótimos professores, ela me deu uma noção boa da teoria, sabe? De autores, de referências, mas para quem quer continuar na área acadêmica. E o meu objetivo não era ficar na área acadêmica, meu objetivo era trabalhar. E a faculdade não me ajudou tanto nesse sentido”.
<b>J8</b> – “O jornalismo que a gente aprende na faculdade é lindo, chega a ser fantasioso, acreditamos na liberdade e no nosso potencial de transformar o mundo. Já na Redação nos deparamos muitas vezes com realidades duras, especialmente quando atuamos com a hardnews, e com limitações de liberdade.”
<b>J9</b> – “A teoria aprendida na faculdade é de extrema importância também no mercado de trabalho, porém, algumas diferenças são óbvias, dentro e fora da academia. Entre elas está o tempo. Na redação, tudo pede uma resposta mais rápida e dinâmica. Muitas vezes, o que se aprende com a calma e paciência dos professores na sala de aula é reforçado com a pressão da profissão, e até mesmo com os erros e acertos do dia a dia.”
<b>J10</b> – “Teoria e prática são muito distintas. A diferença entre você aprender apenas a técnica e depois sair para a realidade de uma redação provocou quase um choque anafilático. Porém, aprender jornalismo na faculdade ainda é indispensável. Pois é durante o curso que conhecemos e nos aproximamos do jornalismo. Posteriormente, na prática é que entendemos o que é exercer o jornalismo”.

Nesta questão, a resposta apresentada pelos entrevistados é quase unânime: todos apontam diferenças profundas entre o jornalismo ensinado na Universidade e a prática redacional cotidiana.

Alguns dos entrevistados indicam que aprenderam realmente jornalismo durante o dia a dia da redação, legando à aprendizagem teórica um papel de menor importância na cadeia de produção jornalística. Entre os mais velhos, a

tendência foi de dar maior ênfase na importância do aprendizado universitário. Aos mais jovens, a técnica pareceu mais importante. Tais afirmações reiteram o que é elencado por Genro Filho (2012) quando diz que “se a teoria, na prática, é diferente, o problema está na teoria”. As discrepâncias teóricas que assolam o jornalismo ensinado nos bancos universitários e a prática – não só em redações de jornalismo impresso, mas na grande maioria dos postos de trabalho jornalístico -, fica evidente também aqui, na resposta dos jornalistas. A uma consciência coletiva dos repórteres entrevistados – que não ao mesmo tempo estudiosos e técnicos -, confirma um dos paradigmas deste trabalho, que é a o descompasso que acompanha o desenvolvimento do jornalismo nos bancos e na vida.

**2 - Como foi a sua chegada à redação? Você teve alguém que te ensinou como fazer o trabalho ou foi tendo liberdade pra exercer como havia aprendido?**

**JORNALISTAS BLOCO 1**

**J1** – “Eu cheguei aqui [...] era máquina de escrever. Pra você ter uma ideia não era nem elétrica. E eu tinha feito um curso de datilografia enquanto eu fazia faculdade, porque naquela época não existia computador, né? Existia computador na hora de compor as matérias. O jornalista escrevia na máquina de escrever. E, tipo assim, era muito difícil. Muito difícil. Porque você chegava da rua com a matéria na cabeça, que você tinha que elaborar essa matéria na sua cabeça, na sua memória, no seu cérebro, para depois você datilografar aquela matéria na máquina de escrever e entregar para o seu editor. Hoje, eu costumo brincar que é um outro mundo. Com o computador, você pega o lide e põe pra baixo, pega uma matéria e põe pra cima, reescreve tudo. É muito diferente, né, a produção hoje, o computador veio mudar muito a rotina diária do jornalista e a internet muito mais ainda. Mas eu cheguei aqui na redação, eu tinha um editor e esse editor ele que passava a pauta pra mim, ele me orientava “olha, tá tendo uma greve no Hospital de Base. Essa greve começou hoje cedo – eu chegava aqui mais ou menos umas duas horas da tarde -, você vai lá, eu quero que você ouça a direção do hospital, que você ouça os grevistas e, principalmente, eu quero que você ouça os usuários do sistema que estão lá sem assistência”, então eu saía para a rua e ele já me orientava. Eu voltava com todo o material e antes de eu sentar para escrever eu discutia com ele o que eu tinha, aí eu fazia aquilo que eu te contei: eu elaborava isso na minha cabeça antes de sentar na máquina de escrever. Eu entregava para ele e antes de eu ir embora eu tinha que esperar ele ler para ele me liberar. Aí ele lia, às vezes ele mandava eu refazer, às vezes, não. Às vezes ficava do gosto dele. Mas às vezes ele mandava eu refazer. Ele se chamava Pedro Belo, a quem eu devo muito. E ele me orientava em tudo, entendeu? Ele que me ensinava tudo.”

**J2** – “Não. Tinham os editores que acompanhavam a gente muito de perto e já naquela época, como hoje acontece, e eu acho isso uma coisa muito bacana,

os repórteres mais antigos eles meio que acolhem o pessoal que tá chegando agora para dar umas dicas de como é na casa, essa coisa toda. Só que assim, a relação de editor com repórter era uma coisa muito diferente, né. Então assim, eu aprendi muito na redação com o pessoal antigo, a acolhida foi muito boa”.

**J3** – “Como comecei em um jornal de interior, com pouca estrutura, aprendi na base da tentativa e erro – tipo assim “o caminho se faz andando”. Errava e ia em frente. Aos poucos com a experiência adquirida e, especialmente com os erros, fui aprendendo. Usei muito minha intuição. Só fui ter uma chefia plena em 84 no Jornal da Cidade de Bauru e, como tínhamos liberdade para o que fosse preciso fazer, ninguém interferia nem na apuração e menos ainda no texto acabado, acabou sendo um aprendizado solitário.”

**J4** – “Bom, eu cheguei e fui me integrando com os repórteres mais velhos. Isso que foi o mais legal, eles vão acolhendo e ensinando como fazer para não irritar o editor. O editor mesmo só dizia o que queria, passava a pauta e depois pegava o texto final pra dizer se tava bom ou se tinha que refazer. Mas o trabalho mesmo quem ensinou foram os mais velhos.”

**J5** – “Eu me lembro do editor. Ele dizia o que precisava e orientava mais ou menos como fazer. Mas o processo todo, tudo a gente fazia sozinho. A chegada na redação eu estava na faculdade ainda, cheguei e os colegas mais velhos acabaram me conduzindo mais ou menos e me ensinando que eu devia fazer, como fazer e até consolavam quando a bronca era brava. Eles é que ajudaram, senão eu estaria perdida até hoje. Na realidade recebi orientações da rotina de uma redação. Eu era subordinada a alguém que me orientava para desenvolver as reportagens. Costumo dizer que jornalismo também é um dom assim como outro artista qualquer, porque escrever e se fazer entender por tantas outras pessoas é uma arte.”

## **JORNALISTAS BLOCO 2**

**J6** – “Olha, eu não tive muita ajuda, não. Se não tivesse metido a cara, acho que nem seria contratado. Tinha que chegar, perguntar, se inteirar. É um mundo muito individual, cada um faz o seu, não tem muito trabalho em equipe, mesmo na faculdade dizendo que tem, é tudo muito isolado.”

**J7** – “Hum... assim, tanto na CBN quanto aqui, eu percebi que você é meio largado, assim, sabe? Se você não tiver iniciativa, você não trabalha. Você tem que ser virar, você tem que perguntar. Você tem que... Eu tenho uma liberdade muito grande aqui, e na CBN também, de fazer do jeito que eu quero, perguntar o que eu quero. Ninguém se intromete, mas, no final, ali, na edição, na hora de editar, existem alguns critérios que são levados em conta, como o posicionamento do jornal. Se eu escrever alguma coisa que vai contra o posicionamento do jornal, isso é cortado na hora da edição. Mas no processo de produção, assim, no geral, eu tenho total liberdade.”

**J8** – “Como eu vim de uma Assessoria de Imprensa não tive tantos desafios, me adaptei bem com o ambiente de Redação e com a hardnews. Mas quando cheguei, passei um tempo observando os repórteres mais velhos e eles foram me inserindo aos poucos no processo de produção”.

**J9** – “Quando cheguei à redação, tive a ajuda de excelentes editoras. Logo de cara fui para as ruas. Na volta, tinha o texto revisado e meus erros e acertos apontados, o que ajudou muito no meu crescimento e aprendizado.”

**J10** – “Meus primeiros contatos com a redação foram durante a faculdade, por isso que me refiro ao choque. O dia a dia de uma redação é emocionante,

angustiante, estressante, mas no final compensa a sensação de dever cumprido. Recebi orientações dos colegas de como fazer, mas fiz sozinha. Quando retornei, tive meus erros mostrados pelos editores”.

Nesta questão, pode-se notar grande influência do que Lima (1997) chama de cultura de grupo profissional. Seguindo a apreensão antropológica do termo cultura, certos elementos evidenciam a necessidade de se estudar o grupo de jornalistas de uma redação como uma cultura própria, a fim de evidenciar as partilhas simbólicas realizadas entre seus integrantes.

Essa perspectiva de que os jornalistas organizam-se em uma cultura parte da definição de Laraia (2009, p.30) de que a cultura não é uma herança genética, mas produto da inserção humana em determinados contextos sociais. Entendo a redação como um contexto social, ficam claros os elementos simbólicos de partilha (moral, costumes, hierarquia) desenvolvidos e apreendidos na vivência redacional (e por isso a dificuldade em alinhar teoria à prática jornalística).

O ponto chave desta inferência é a grande influência exercida pelos colegas mais velhos na aprendizagem da prática profissional na redação (informação fornecida pelos jornalistas entrevistados). Com exceção de um entrevistado, todos deram conta de atribuir a algum colega com maior experiência ou um superior hierárquico a sua inserção no contexto da redação.

Entendemos que essa inserção dos jornalistas na redação por meio de atores-chave (Gil, 2012) de um contexto cultural já em seguimento tende a reiterar práticas já estabelecidas e dificultar a inserção de novos padrões de comportamento – que são resultado das trocas simbólicas partilhadas ao longo do tempo e suas mudanças de estrutura. Aqui, pode-se notar que a hierarquia simbólica – também parte da cultura de grupo -, e que coloca em patamares diferentes profissionais da mesma categoria por critérios de tempo e conhecimento sobre o grupo cultural tende a resultar no que se nota nas respostas apresentadas pelos entrevistados, como um emolduramento gradual de procedimentais e sua reafirmação no imaginário profissional entre “certo” e “errado”.

**3 - Na hora de apurar, entrevistar, observar, que critérios você adota?**

**JORNALISTAS BLOCO 1**

<b>J1</b> – “Meu objetivo como repórter sempre foi ser muito verdadeira. Apurar com muita cautela, sabe? Ouvir cada detalhe para não pender nem para um lado nem para o outro.”
<b>J2</b> – “Hum.. Ouvir os dois lados da história e tentar estabelecer certa um equilíbrio entre eles.”
<b>J3</b> – “Sempre que o tempo permite, não esqueça que há casos emergenciais como acidentes, mortes, incêndios para onde se vai no escuro - procuro fazer uma boa pesquisa antes, uma boa pauta é fundamental. Em geral sei e li tanto sobre o entrevistado que nem consigo fazer todas as perguntas que gostaria.”
<b>J4</b> – “Quando é uma entrevista, procuro conhecer o assunto e o entrevistador. Até mesmo como postura de respeito ao entrevistado. E fugir do óbvio. Também tento buscar o máximo de informações possíveis para compor um texto o mais verdadeiro possível.”
<b>J5</b> – “Sempre pesquisar, observar se o ganho não é óbvio demais. Depois, na apuração, sempre ter dados pra confrontar com os das entrevistas. Tentar ouvir todos os envolvidos, especialistas e fontes oficiais, o máximo possível.”
<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
<b>J6</b> – “Bom, não sei muito bem. É meio automático, né. Seguir a pauta sempre, porque é o que o pauteiro espera da gente. Vou entrevistando e procurando contemplar todos para não ser parcial.”
<b>J7</b> – “Sabe o que é estranho? Eu não sei. Eu acredito muito em encarnação, porque quando eu estou trabalhando, eu não sei, eu acho que desce um espírito. Eu não sei o que eu faço. Eu só vou tomar consciência do meu trabalho depois eu chego em casa, sabe? É muito estranho isso. Eu sou muito livre, eu vou.. o que me dá na cabeça eu vou e faço, não tem uma, algo fechado assim, mas, uma coisa que eu aprendi desde o começo é não ter vergonha de perguntar. Por mais ridícula que seja sua pergunta, não tenha vergonha de perguntar. Tenha cara de pau de chegar. Fico vermelha? Fico. Passo vergonha? Passo, mas pelo menos eu chego na redação com a certeza de que tá tudo muito bem apurado.”
<b>J8</b> – “Preciso ter a certeza de que ouvi a todos os envolvidos e que as informações são seguras. Para isso aprendemos a observar até mesmo os gestos dos entrevistados, tons de voz e outros sinais. Inclusive, quando julgo necessário, faço a mesma pergunta de formas diferentes por pelo menos duas vezes para perceber algum conflito. Precisamos ter noção se a pessoa está se portando como entrevistada sobre determinado tema ou se ela está usando o nosso trabalho para promover algo de seu interesse.”
<b>J9</b> – “Checar as informações quantas vezes forem necessárias é a parte fundamental em todos esses processos.”
<b>J10</b> – “Sempre ouvir as informações relatadas e checá-las até ter certeza de que são verdadeiras.”

Aqui, nota-se uma grande confusão teórica entre os jornalistas entrevistados. Ao passo que entre os entrevistados mais velhos fica mais evidente a busca por diversas angulações do fato abordado (termos como pesquisar, ouvir vários lados, fugir do óbvio foram recorrentes nas entrevistas); entre os mais jovens, pareceu haver mais crença na possibilidade de fazer um

texto conforme o senso comum atribui ao jornalismo (objetivo, imparcial, isento, verdadeiro), termos como “verdadeiro”, “imparcial” aparecem, além de evidenciar a “automatização” de certos processos de produção intelectual.

Aqui também evidencia-se as profundas lacunas deixadas pela pesquisa em jornalismo. Entendemos que a principal causa desta dissonância deve-se à falta de integração entre os conteúdos abordados ao longo da formação universitária em um curso de jornalismo. Pode-se notar a falta de conexões entre a técnica e teorias que a complementam, como teorias do jornalismo e da comunicação, ética e antropologia. As respostas evidenciam uma redução do fazer jornalístico ao simples ato de entrevistar, anotar e reescrever, sem considerar os desdobramentos teóricos que permeiam estes processos e, ainda, considerando simples uma atividade extremamente complexa de apuração, checagem, reflexão, hierarquização, redação etc.

<b>4 - Como acontece a redação do texto? Que critérios você adota para garantir que aquilo é, de fato, jornalismo?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – “Acho que sempre ouvir os dois lados. É mais ou menos isso, não deixar de contemplar nenhum envolvido. Meio que equilibrar. Todos poderem falar sua visão sem eu interferir se aquilo tem ou não verdade, sinceridade. O jornalista só fica ali no meio.”
<b>J2</b> – “Olha, pelo fato de eu fazer política. E eu sempre lidei bastante com política partidária. Então isso acabava ficando mais fácil, né, mas eu sempre defini alguma coisa assim ‘o que isso vai interessar para as pessoas?’ para definir que tipo de atendimento aquela reportagem... de que maneira que eu devia tratar. E também tinha muita conversa com o editor, porque já na conversa com o editor a gente sabe o que merece ser abre de página, o que merece ser sub, só uma nota, muitas vezes levando até em consideração a linha editorial do veículo que você trabalha. Não dá para a gente ser hipócrita e falar é tudo lindo, é tudo maravilho. Desconfie do profissional que te falar isso na faculdade. Não. Não é assim. Você tem que levar em consideração a linha editorial do jornal e o editor deixa isso muito claro para você na hora da produção da sua matéria.”
<b>J3</b> – “A redação para mim acontece como um vômito, coloco tudo para fora e meus textos ficam enormes. Depois vou lendo e relendo, lapidando, focando no pedido da pauta e “limpando”, tirando os erros, as sobras, os excessos, criando boxes...dando a forma final. Jornalismo é o ato de informar um fato a alguém...através de palavras...sejam escritas ou faladas (quando reforçadas por uma imagem, melhor ainda), com veracidade. E para mim esse critério basta.”
<b>J4</b> – “Devemos ser diretos e muitas vezes repetitivos. Evito textos muito longos. Textos “tijolões” têm tendência de não serem lidos. E, o básico da atividade, que é me distanciar, tirar do meu texto as minhas impressões

<p>personais, “limpar” mesmo e deixar só o que for necessário para o entendimento.”</p>
<p><b>J5</b> – “Sempre busquei um texto que fizesse o leitor se sentir parte de tudo. Podia ser mais interpretativo ou mais informativo, não importava, o leitor tinha que sentir que ele estava no local. E aí as técnicas, né?! Sempre tentei fugir do lide habitual, fazer um texto mais leve, mas nunca tendencioso, por isso dava espaço de fala para todos, sempre dei.”</p>
<p><b>JORNALISTAS BLOCO 2</b></p>
<p><b>J6</b> – “Acho que o básico de tudo é colocar todas as informações necessárias no primeiro parágrafo, o que a gente chama aqui de lide, né. Responder todas as questões sobre o fato logo de cara, para a pessoa se interessar. Esse é o principal critério. É difícil fugir disso porque é isso que o leitor espera, que o jornalista forneça as informações de forma objetiva e imparcial.”</p>
<p><b>J7</b> – “Lide, né? Em primeiro lugar, né, é o lide. É, e eu tenho uma mania: eu não consigo escrever a matéria sem ter o título definido, porque pra mim o título é o gancho da matéria. Então eu tenho que primeiro definir o título, normalmente eu converso com o editor ou com a pauteira, pra gente primeiro definir o título, aí eu vou embora. E inicialmente o lide: eu resumo a matéria. Há exceções. Quando é um caso mais, é.., que tem um apelo emocional, aí a gente não faz aquele lide tradicional, mas normalmente quando é um caso que.. depende da situação, tem situação que você pode brincar, te situação que você não pode brincar. Brincar que eu digo é com palavra, de não usar o lide. Mas normalmente é o lide.”</p>
<p><b>J8</b> – “Para começar, a básica pirâmide invertida. Sinceramente gostaria de poder usar mais storytelling. Relato as informações, não apenas noticio algo. E essa característica de colocar elementos que fazem o leitor imaginar um cenário relatado já fez muita gente reconhecer meus textos sem eu assinar. Me baseio nas legislações da profissão e nacional, para não criar um desafio para mim e ao veículo. E claro, sempre com riqueza de detalhes e, se possível, todas as versões envolvidas. E mesmo tendo minhas convicções mantenho o texto mais neutro possível para que o leitor tenha a liberdade de ler sem se sentir pesado por algo.”</p>
<p><b>J9</b> – “O principal critério que adoto é pensar a relevância dos fatos e das informações levantadas para o leitor.”</p>
<p><b>J10</b> – “Sempre fornecer as informações de maneira que o texto não fique parcial nem tendencioso. É preciso se afastar do texto para que se torne jornalismo. Nesse caso os critérios são objetividade e clareza ao redigir um texto.”</p>

Aqui também se notam profundas diferenças entre as respostas apresentadas pelos jornalistas mais antigos e mais novos. Entre os mais novos, o foco da produção do texto parece recair sobre o leitor; as respostas fornecidas pelos entrevistados evidenciam o desejo destes profissionais de causar algum impacto na vida do leitor com sua produção. Entre os mais jovens, os critérios parecem ser mais difusos, ao passo que alguns evidenciam certos fatores do senso comum novamente – como objetividade e

imparcialidade -, outros profissionais calcam sua produção puramente na técnica como forma de garantir que aquilo, de fato, é jornalismo (citações do lide e da pirâmide invertida).

A grande questão que gira em torno das lacunas de formação dos jornalistas se evidencia aqui – principalmente a falta de interdisciplinaridade e integração entre a sustentação teórica e a formação técnica. Aos poucos, as respostas vão se distanciando do foco da redação jornalística e desembocando em universos obscuros, como o da imparcialidade. Podemos notar que os critérios adotados por cada um dos repórteres variam, e posto que a personalidade e as preferências pessoais têm peso importante, distaciamo-nos cada vez mais do que entendemos por objetividade.

<b>5 - Você acha que o jornalista pode fazer um texto objetivo?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – “Com o que ele viu, 100% verdadeiro. Acredito que sim. O problema acho que é mais cultural. Aquele texto, ele vai ser 100% objetivo, 100% verdadeiro diante da realidade dele, enquanto pessoa, enquanto ser humano. Eu e você diante de uma notícia podemos ter reações diferentes em função da nossa bagagem cultural. Então o que é verdade pra mim, o que eu tô vendo, o que eu tô enxergando pode não ser pra você. Dentro do conceito dele, eu acho que ele é capaz, sim. Então o que a gente tem que deixar bem claro quando você faz um texto interpretativo e quando você faz um texto opinativo. Isso é muito importante. Que fique claro para o leitor. Na sua maneira de escrever, você tem que expressar aquilo que é uma interpretação.”
<b>J2</b> – “Eu acho que pode. Eu acho que pode e eu acho que ele deve fazer um texto objetivo, mas hoje tem uma mudança muito grande principalmente no que se discute em relação ao impresso. O site ficou muito com essa coisa do hard, o impresso dá para explorar outras facetas, outras nuances, mas assim, sem perder o foco da objetividade.
<b>J3</b> – “Pode e deve.”
<b>J4</b> – “Acho que deve fazer. Quanto mais objetivo, melhor”.
<b>J5</b> – “Acredito que sim, embora difícil, dá com um esforço e bom domínio da língua. Tem que ouvir todos e em respeito ao leitor, se esforçar pra se descolar da escrita.”
<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
<b>J6</b> – “Sim. É obrigação nossa.”
<b>J7</b> – “Não... Não. Existe essa noção de objetividade dentro do jornalismo, objetividade no sentido de relatar os fatos, mas todo mundo pensa de um jeito, sabe? Não tem como você se desvincular da forma de você pensar na hora que você vai escrever um texto. Todo texto tá embutido pré-conceitos, não preconceitos, pré-conceitos de seu escritor. Eu acho que é impossível. A busca da objetividade, ela tá nesse sentido de você relatar o que aconteceu e tentar se distanciar ao máximo, mas isso é difícil.”
<b>J8</b> – “Não só pode, deve. Ser neutro é uma coisa, deixar algo nas entrelinhas é

outra. Ele precisa relatar o fato e ponto.”
J9 – “Sim”.
J10 – “Não só pode como deve”.

Nesta questão, pode-se evidenciar o descompasso teórico com os autores consultados para a elaboração desta monografia e os jornalistas em exercício de atividades práticas. Enquanto nenhum autor considera possível a objetividade como um critério de redação, nove dos dez entrevistados consideram possível esta prática.

Esta questão traz um ponto crucial de nossa discussão. Se entendemos que é a objetividade o critério que ampara a redação do texto jornalístico em terceira pessoa, podemos considerá-lo – além de inexistente conforme Marcondes Filho (2000), Barros Filho (2008) e Silva (2011), embora com abordagens diferentes por cada um dos autores -, também incoerente. Com as diversas informações apresentadas nas questões anteriores sobre a modulação dos critérios de apuração e redação a partir dos olhares de cada um dos repórteres, a objetividade (e o texto objetivo) torna-se pueril.

<b>6 - Pra você, o que é objetividade e o que é imparcialidade?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – “Objetividade e imparcialidade não são sinônimos. Eu acho que você fazer um texto objetivo, levando em questão a objetividade, é você fazer um texto direto, claro, sabe assim? Sem rodeios. Você falar: Olha, aconteceu isso, tal hora, em tal lugar, demorou tanto tempo, atingiu tantas pessoas, causou confusão, não causou confusão, qual que foi a consequência, qual que foi a causa. Um texto objetivo. Um texto imparcial é você não deixar se contaminar por aquilo que você acha certo ou errado. E eu acho assim, é nossa obrigação isso. Muitas vezes, eu acho uma coisa, na minha cabeça, eu acho correta, eu acho certa, na minha avaliação moral e cultural aquilo é correto, mas eu não posso passar aquilo para a matéria, eu tenho que ser imparcial.”
<b>J2</b> – “Imparcialidade não existe. Pra mim é uma coisa que o jornalista deve buscar, muito, efetivamente, todos os dias. Mas a partir do momento em que na reunião de pauta o veículo decide junto com o editor o que vai ser abre de página, o que vai ser pé de página, aí a imparcialidade já pulou pela janela. Então, eu acho que imparcialidade é quase uma cabeça de bacalhau, que você busca, mas você tem várias coisas que fazem com que você seja imparcial na hora de você colher uma informação. Se você vai fazer um acidente de trânsito, por exemplo, se você chega lá e se depara com um amigo seu envolvido no acidente, já era. É uma coisa que a gente tem que perseguir, mas que eu acho muito complicado. Então o que é que você tem que fazer? Você tem que dar a maior gama de informações possíveis, com objetividade, para o leitor. Você tem que escolher a maior gama possível envolvida naquele fato. E não

simplesmente ouvindo todas as pessoas, todos os lados envolvidos, não é só isso, mas ouvir especialistas, ouvir a verdade de um lado, a verdade de outro lado, para você tentar estabelecer qual é a verdade verdadeira que ninguém nunca conseguiu alcançar. Então isso que eu acho que é você buscar a imparcialidade. É você buscar todos os lados da informação, de maneira correta, sem omitir nada, mesmo que aquilo vá contra aquilo que você acredita. É você deixar sua paixão de lado na hora de você apurar uma informação. Isso é em respeito ao leitor.”

**J3** – “Como se diz no popular “uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa”...objetividade é informar e ir ao ponto com o menor número de palavras e de forma mais clara possível. Imparcialidade é apenas ser verdadeiro, considerando que a verdade tem sempre dois lados, ouvir os dois... e ficar o mais isento possível.”

**J4** – “Objetividade é mostrar de forma simples o que é de fato. Imparcialidade é não permitir que minha opinião interfira no meu texto. Difícil ser imparcial quando se tem uma maneira de pensar o mundo. Porém, há uma grande diferença entre ser parcial pelas convicções do que ser tendencioso.”

**J5** – “Objetividade é um texto que espelhe a realidade, um texto que fale a versão de todos para o leitor poder balancear todas as informações. Imparcialidade é você não deixar no texto suas marcas, sua opinião, as coisas que você acredita.”

## **JORNALISTAS BLOCO 2**

**J6** – “Eu acredito que a objetividade seja você ir direto ao ponto, conseguir informar com objetividade, com poucas palavras. Imparcialidade é a obrigação do jornalista de não dar seu juízo sobre o fato, não julgar.”

**J7** – “Ahhh, tem isso também... É, tem a questão de ser imparcial, de você não demonstrar a sua opinião, né? E a objetividade é você tentar se distanciar de um fato, você relatar o que você tá vendo ali, mas é muito difícil você ser objetivo e ser imparcial. Para mim, são sinônimos a objetividade e a imparcialidade são a mesma coisa.”

**J8** – “Objetividade é relatar o fato a partir da sua apuração após ouvir todos os lados e estar convicto daquilo. E isso tem a ver com a imparcialidade, afinal você está se baseando na notícia e não naquilo que você quer imprimir das suas ideologias. O bom trabalho jornalístico possibilita que atendamos aos dois critérios básicos do exercício, tanto a imparcialidade quanto a objetividade, que estão ligadas de certa forma.”

**J9** – “Ser objetivo é registrar as várias versões de um fato da maneira mais impessoal possível, o que também está diretamente ligado à exatidão e à famosa expressão “ir direito ao ponto”. Já a imparcialidade é possível quando o texto jornalístico dá voz para todos os lados e busca os mais diferentes ângulos possíveis”.

**J10** – “Objetividade é atingir o público alvo, seja de um jornal, revista, boletim, ou outro meio informativo, de forma como o próprio adjetivo indica, objetiva, ou seja, sintética, correta e precisa. Imparcialidade como o termo conceitua é não tomar parte. Em jornalismo isso praticamente não existe. Começa pelo meio em que você atua que já é de alguma forma, parcial com a sociedade na qual está inserido. O que o jornalista precisa ter em mente é que ele deve informar um fato da maneira mais próxima possível da realidade que lhe foi passada”.

Aqui também ficam evidentes profundas lacunas de formação teórica entre os jornalistas. Enquanto alguns apontam objetividade e imparcialidade como sinônimos, outros confundem suas acepções. Principalmente no que diz respeito à imparcialidade, que é um termo superado nas escolas de jornalismo, alguns jornalistas – inclusive os mais novos e de quem esperava maior profundidade teórica -, alguns dos entrevistados não só acreditam na existência, como acreditam no dever do jornalista de ser imparcial.

Soma-se às lacunas nos currículos dos cursos de jornalismo, a crença herdada do positivismo de que o jornalismo deve ser herói. Nenhum dos autores consultados atribui à objetividade a mesma significação de imparcialidade. Mais que isso, raramente o termo imparcialidade figura nos manuais de jornalismo.

O aparecimento deste termo durante as respostas, evidencia mais ainda a grande influência que a filosofia positivista ainda exerce – não só sobre o fazer jornalístico -, mas sobretudo na formação de conceitos sobre o papel do jornalismo inseridos em uma sociedade.

<b>7 - Sobre objetividade, de que maneira isto interfere na maneira de você apurar e escrever a matéria?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – Não se aplica. (Resposta já obtida na questão anterior)
<b>J2</b> – “Interfere porque quando você começa a escrever pensando em ser objetivo, você consegue se isentar, consegue se distanciar da escrita do texto e deixar suas paixões de lado.”
<b>J3</b> – “Na apuração não interfere. Gosto de profundidade e de saber o máximo possível. Na hora de escrever sim, como disse, escrevo tudo o que apurei e depois vou depurando o texto para não perder o foco da matéria.”
<b>J4</b> – “É o que eu falei pra você: buscar apurar a realidade, escrever isso de forma a tentar retirar as impressões do texto.”
<b>J5</b> – “Na maneira de ouvir. Ouvir a todos os lados, observar tudo e ter dados para fornecer.”
<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
<b>J6</b> – “Sempre ficar longe do texto. Escrever apenas o que você viu e ouviu, sem ficar dando pitaco, inferindo coisas. O jornalista tem que ter certeza. Objetividade é ter certeza do que você está falando.”
<b>J7</b> – Não se aplica. (Resposta já obtida na questão anterior)
<b>J8</b> – “Quando já se tem uma pauta e um gancho, ou pelo menos um cenário preliminar, o repórter já deve ter em mente a quem direcionar as perguntas e quais. Todos os questionamentos e até mesmo as fotos já devem ser feitos a partir da matéria que está se construindo na cabeça do repórter.”
<b>J9</b> – “Na busca pela objetividade, os cuidados com a pauta, tanto na apuração

quanto na redação tendem a ser maiores.”
--

J10 – “Interfere muito na maneira de buscar as informações das fontes. Quanto você quer ser objetivo busca com mais precisão, mais informações e menos opiniões.”
---

A maioria dos jornalistas entrevistados pontua que a objetividade seria um distanciamento do processo de apuração/redação, confundindo com a definição de imparcialidade, outro mito do jornalismo.

<b>8 - Você já escreveu algum texto em primeira pessoa?</b>
---

<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
----------------------------

J1 – “Já, vários.”
--------------------

J2 – “Não. Só artigos.”
-------------------------

J3 – “Sim, vários e gosto disso”.
-----------------------------------

J4 – “Já.”
------------

J5 – “Sim, já escrevi sim.”
-----------------------------

<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
----------------------------

J6 – “Não, nunca.”
--------------------

J7 – “Nossa... Nunca. Nem na CBN, nem aqui.”
--

J8 – “Nunca.”
---------------

J9 – “Sim.”
-------------

J10 – “Nunca escrevi.”
------------------------

Nesta resposta, nota-se – diferente do que foi considerado na hipótese do projeto desta pesquisa -, que a recorrência de textos em primeira pessoa acontece, principalmente, entre os jornalistas mais antigos e com mais experiência.

9 - (Para os que responderam <b>não</b> para a pergunta anterior): <b>Por quê?</b>
--

<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
----------------------------

J1 – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM na questão 8.
--

J2 – “Porque eu acho que o jornalista não tem que ser o protagonista da história. Eu acho que quando você escreve em primeira pessoa você tem que deixar isso descolado do texto. Eu acho que, tudo bem que está mudando, tem muita coisa mudando agora, principalmente em relação à internet, mas eu ainda sou das antigas. Eu ainda acho que você deve fazer o texto separado, quando você vai fazer um texto em primeira pessoa você bota um cerco lá e fala ‘olha, eu vi assim, a minha opinião sobre esse assunto é essa’, eu acho que fica complicado quando você mistura as coisas.”
---

J3 – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
---

J4 – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
---

J5 – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
---

<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
----------------------------

<b>J6</b> – “Ah, porque tira a imparcialidade do texto, né? Primeira pessoa é mais para artigo de opinião. A gente tem que contar os fatos a partir das fontes.”
<b>J7</b> – “Exatamente por conta disso, sabe? Porque até na própria universidade a gente tem essa noção de objetividade, de imparcialidade e tem esse preconceito embutido na primeira pessoa. Eu acho que primeira pessoa tá mais relacionada com literatura, não com jornalismo.”
<b>J8</b> – “Falta de oportunidade e também por perder um pouco o ar da imparcialidade.”
<b>J9</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
<b>J10</b> – “Porque não é o objetivo do jornalismo o jornalista ser o narrador. Você tem que buscar a voz de outras pessoas.”

Entre os jornalistas entrevistados, o desejo metafísico de se distanciar da produção de seu texto foi o principal motivo apontado para a não utilização da primeira pessoa – que traz à tona novamente a falta de interdisciplinaridade na cadeia formativa dos profissionais de jornalismo.

Principalmente a partir do que evidenciaram os autores consultados para esta pesquisa, o uso da primeira pessoa não interfere na objetividade do relato jornalístico, já que ela não existe. Segundo os autores de teoria literária consultados Mota (ano) e Resende (2005), trataria-se apenas de uma escolha estilística, levando em conta os caminhos percorridos no processo de apuração. Para Silva (2011), Barros Filho (2008) e Marcondes Filho (2000), o discurso da objetividade – critério no qual ampara-se o uso da terceira pessoa na redação jornalística -, traz consigo grande carga ideológica, como o simulacro das aparências do mundo tal qual fator de aparente estabilidade das instituições que comandam a vida em sociedade.

Para os autores consultados, nada de inocente tem nestas escolhas semânticas, e seu objetivo é intrinsecamente político e ideológico.

<b>10- Posto que o narrador é o mesmo (você?), a maneira como ele se coloca no texto influencia de que forma?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
<b>J2</b> – “Influencia porque aquilo é sua opinião. Você vira protagonista. É só o que você viu e achou e não o fato como ele é mesmo.”
<b>J3</b> - Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
<b>J4</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
<b>J5</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
<b>J6</b> – “Influencia porque eu vou estar dando a minha opinião, não tem credibilidade, não tem imparcialidade. O leitor quer um jornalista que informe os fatos.”

<b>J7</b> – “Ah, influencia também. Mas ela mascara, né? A terceira pessoa mascara uma objetividade e imparcialidade. A primeira pessoa ela já deixa isso aberto, né? Eu tô colocando a minha opinião.”
<b>J8</b> – “Sim, a partir do momento que o repórter está relatando fatos, ele abre mão de todo seu repertório pessoal. Dependendo do tipo de gancho ou da percepção do repórter, as palavras podem dar um tom mais trágico ou emotivo, ou até mesmo arrancando algo bom de um cenário horripilante.”
<b>J9</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão número 8.
<b>J10</b> – “Influencia porque na terceira pessoa não é a opinião do jornalista.”

Novamente, evidencia-se a possibilidade do jornalista abrir mão de seu repertório pessoal entre as respostas obtidas – possibilidade negada até entre os que acreditam na possibilidade de se tecer um texto objetivo, como Erbolato (1979). Fica claro que a ideologia da objetividade não exerceu influência entre o público consumidor de produtos informativos, mas também sobre seus produtores, que deixam de lado suas potencialidades – tanto práticas quanto teóricas -, e vão se estabelecendo por um caminho da opinião dominante. Aqui, o que Silva (2011) chama de estabilidade das instituições fica mais claro, porque, mesmo que intencionalmente, também exerce influência sobre os discursos dos jornalistas. Se entendermos o jornalismo como uma instituição também, seu objetivo de aparentar estabilidade fica claro em seu próprio discurso, como agente do simulacro da estabilidade e como a própria instituição à qual se dirige. É metalinguístico o jornalismo estabilizando a si próprio.

<b>9 - Por que você acredita que o uso da terceira pessoa tornaria o texto mais crível?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM na questão 8.
<b>J2</b> – “Porque eu acho que você se isenta. O leitor vê aquilo como uma isenção. Um jornalista descolado do fato. O jornalista ele como não sendo protagonista da história. Quando você quando não é protagonista da história, a impressão que você passa é que você tem mais credibilidade para falar sobre ela. Quando você fala em primeira pessoa, o cara vai ler e vai pensar ‘olha lá, é o Adham que tá falando, ele tem lado’. E isso não dá. Não dá para a gente trabalhar com isso. Não dá para a gente ter lado na hora de se contar uma história. Acho que tem a ver com credibilidade.”
<b>J3</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
<b>J4</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
<b>J5</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
<b>J6</b> – “Porque é o habitual, né, a terceira pessoa como a gente aprende ensina

que é porque não é a nossa opinião. A gente não faz juízo, só informa.”
<b>J7</b> – Não se aplica (resposta obtida na questão anterior).
<b>J8</b> – “Porque o leitor percebe que está observando a notícia como ela realmente é. Talvez sinta mais segurança ao perceber que “o jornal está noticiando” e não um jornalista relatando o que viu. Há uma grande diferença entre ver o nome de quem assinou uma matéria em terceira pessoa e o jornalista que escreve em primeira.”
<b>J9</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu SIM à questão 8.
<b>J10</b> – “Porque a terceira pessoa tem objetivo de mostrar o fato a partir de outras visões. São muitas visões testemunhais e não só opinião”.

Entre os jornalistas que responderam a esta questão, ficou evidente que a crença na isenção da terceira pessoa é um fator recorrente entre os jornalistas mais jovens, alguns por crença real na imparcialidade/objetividade do recurso, outros por crença de que seria mal interpretada pelo público.

10 - (Para os que responderam <b>sim</b> para a questão número 8): <b>Por quê?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – Não se aplica. Resposta obtida na questão posterior (11).
<b>J2</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO à questão número 8.
<b>J3</b> – “Querida escrever de um jeito mais coloquial.”
<b>J4</b> – “Achei que deveria contar minha versão da história, porque eu estava lá também.”
<b>J5</b> – “Porque a apuração foi mais interessante que o fato em si, precisava dar detalhes das impressões pra trazer o leitor pra perto de mim.”
<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
<b>J6</b> – Não se aplica.
<b>J7</b> – Não se aplica (Jornalista respondeu NÃO à questão número 8)
<b>J8</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO à questão 8.
<b>J9</b> – “Já escrevi trechos de textos em primeira pessoa em momentos onde a impressão do jornalista se fez necessária e para agregar valor ao texto, neste último caso, um texto jornalístico-literário.”
<b>J10</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO à questão número 8.

Os jornalistas atribuem à necessidade de se expressar a visão do jornalista nas situações em que usaram a primeira pessoa.

<b>1 - Essa decisão foi autônoma ou necessitou ser comunicada ao seu editor?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – “Normalmente foi discutido com ele. Tipo: olha, eu fiz essa matéria, acho que vale a pena ser um testemunho e tal. Por causa disso, disso, disso, disso. Às vezes, concordaram comigo, às vezes não. Às vezes também chegamos a um denominador comum, eu fiz uma matéria mais objetiva e fiz um Box com o

meu testemunho.”
<b>J2</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO à questão 8.
<b>J3</b> – “Em geral os textos são na terceira pessoa. Quando a história a ser relatada permite o uso da primeira, costumo fazer e em geral não souro influência do editor.”
<b>J4</b> – “Foi autônoma.”
<b>J5</b> – “Em uma empresa, nada é autônomo.”
<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
<b>J6</b> – Não se aplica.
<b>J7</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO à questão 8.
<b>J8</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO na questão 8.
<b>J9</b> – “Em alguns casos a decisão foi autônoma e em outros pedida pelo editor, mas em todas as ocasiões o texto passou pela avaliação de um editor.”
<b>J10</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO na questão 8.

Entre os que responderam, as decisões de utilização do recurso parecem estar mais ligadas a uma iniciativa autônoma – fato que evidencia que a dominação ideológica tende a se naturalizar durante processo produtivo. Não só à organização atribui-se o fato de querer um jornalismo com ares de objetividade, mas os próprios jornalistas – em um processo que vai se desencadeando -, também reproduzem este discurso.

Uma vez que as práticas da redação são repassadas pelos próprios profissionais mais antigos aos profissionais mais novos, este processo em cadeia fica mais claro e vai se naturalizando e se integrando à realidade cultural por meio do senso comum.

<b>2 - Como foi a aceitação?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – Não se aplica. Resposta obtida na questão 11.
<b>J2</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO à questão 8.
<b>J3</b> – “Boa, muito boa.”
<b>J4</b> – “Foi muito boa. As pessoas leram e sentiram-se dentro do texto.”
<b>J5</b> – “O editor no geral gostava. E o público também.”
<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
<b>J6</b> – Não se aplica.
<b>J7</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO na questão 8.
<b>J8</b> - Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO na questão 8.
<b>J9</b> – “Muito boa.”
<b>J10</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO na questão 8.

Nenhum entrevistado pontuou aceitação negativa na utilização do recurso.

<b>13 - Você acha que de alguma forma seu texto perdeu a credibilidade jornalística ao usar a primeira pessoa?</b>
<b>JORNALISTAS BLOCO 1</b>
<b>J1</b> – “Eu acho que não porque eu deixei claro pra o leitor. Eu acho que quando você deixa claro, ali tá claro que você está falando na primeira pessoa, que é o que você viu, e que a sua bagagem cultural, moral, intelectual está inserida ali, eu acho que é verdadeiro.”
<b>J2</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO à questão 8.
<b>J3</b> – “Nunca. Sou uma pessoa crível. E depende da seriedade do trabalho. Essa credibilidade a gente consegue é no momento da apuração e isso sempre pautou o que fiz e continuo fazendo.”
<b>J4</b> – “De forma nenhuma, muito pelo contrário. A personalidade acho que contribuiu para o entendimento.”
<b>J5</b> – “De jeito nenhum, afinal eu estava lá e contei o que vi, ouvir e senti. Eu narrei como narraria em terceira.”
<b>JORNALISTAS BLOCO 2</b>
<b>J6</b> – Não se aplica.
<b>J7</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO à questão 8.
<b>J8</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO à questão 8.
<b>J9</b> – “De maneira alguma, porque foram casos distintos e em situações que cabia o recurso.”
<b>J10</b> – Não se aplica. Jornalista respondeu NÃO na questão 8.

Nenhum dos entrevistados acredita na perda da credibilidade jornalística diante do uso da primeira pessoa.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto que chegamos é que o senso comum divaga sobre a cobertura jornalística a partir da apreensão de que a cobertura dos acontecimentos é composta por fatos observáveis e verídicos. Entretanto, é praxe que o repórter relate a partir de outros relatos. O jornalismo é, portanto, a linguagem intermediadora (e seus desdobramentos éticos e estéticos) entre o fato, a versão testemunhal e documental e, finalmente, a redação do repórter. É neste percurso que a participação do repórter como um construtor da realidade se torna claro.

A notícia alimenta-se do fato. Porém Steinberg (1972) sintetiza em poucas palavras o que nos esforçamos em fazer nas páginas que você já leu. Para o autor, “o fato não é o mesmo para todas as pessoas” (STEINBERG, 1972, p. 50).

Com a concepção amplamente arraigada de que cada nome corresponde a um objeto – segundo a teoria da realidade de Santo Agostinho -, o leitor acredita que o proposto pelo texto jornalístico corresponde à realidade. Aí está a fascinação pelo jornalismo, segundo (Silva, 2011): “O leitor acredita que está em contato com a verdadeira realidade”.

Com a ascensão de técnicas como o lide e a pirâmide invertida para o jornalismo impresso, essa crença se consolidou e tornou-se mais evidente. Os principais elementos constitutivos do texto jornalístico são, portanto, o “que” e o “quem” em uma narrativa categorizada pela técnica. O fato narrado deve, portanto, deixar claro quem pratica e o que pratica, na voz ativa e no tempo pretérito. É praxe que, nas mais diversas estruturas estilísticas que o texto jornalístico possa apresentar, o primeiro parágrafo fica reservado a apresentar o que foi considerado como o fato mais relevante entre tantos outros pormenores relacionados ao fato – outros dados ainda são adicionados para que a referência com o mundo real torne-se inteligível para o receptor, dando um acabamento contextual. Elementos circunstanciais são adicionados (como o local e hora/data) dentro das dimensões consideradas indispensáveis à categorização da notícia – a proximidade e a atualidade.

Barthes (1976) define a narrativa como “uma representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos por meio da linguagem e, mais especificamente, por meio da linguagem escrita”.

É disto que falamos ao longo deste texto: de representação.

Representação do mundo; representação da objetividade; representação da realidade.

Entendemos que a partilha de sistemas sógnicos é parte integrante de toda realidade cultural – a “cultura jornalística” não seria diferente.

Partilhado a partir de uma reação em cadeia e intensificado pela atuação de atores culturais – como jornalistas mais velhos e editores -, o discurso da objetividade vai se imbricando nos discursos de jornalistas em atuação. Essa intensificação da ideologia dominante como parte integrante de um discurso que nasce revolucionário e integra-se ao processo produtivo capitalista, vai trazendo à tona lacunas de formação dos próprios jornalistas, que não consideram contribuições de outras áreas – como a linguística -, para suas necessidades práticas. A teoria que sustenta a prática vai sendo legada a um segundo plano – ou um mundo à parte, em que as discussões não consideram a vida do dia a dia -, e certos discursos com fins fortemente marcado por ideologias muito bem definidas vai tomando corpo e integrando falas.

Se entendermos o jornalismo como um agente no simulacro das aparências do mundo, e como entende Silva (2011) como atuante “na falsa estabilidade das instituições que compõem a vida em sociedade”, podemos acrescentar que o discurso da objetividade jornalística atua como o agente para aparentar a estabilidade do próprio jornalismo.

Um fato que marcou fortemente a observação desta pesquisa é a queda drástica na qualidade da apuração das notícias. Hoje, na realidade observada, dificilmente foi-se a campo colher as informações e impressões sobre o fato. Uma vez que a primeira pessoa se ampara na impressão do jornalista sobre o fato, construída durante os processos de coleta e apuração, sem apuração, não pode existir primeira pessoa. Esta queda no uso de primeira pessoa e na apuração direta dos fatos, no seu palco de ação, podem ser um fator interligado e esta abordagem abre espaço para pesquisas futuras.

Posto que objetivo deste trabalho era realizar um estudo sobre o discurso jornalístico, atendemo-lo, confirmando parcialmente as hipóteses apresentadas inicialmente.

Nossa conclusão não converge para o ponto de que a objetividade pode comprometer a objetividade do texto, que era nossa hipótese inicial. Concluímos, sim, que a objetividade do texto já está comprometida na primeira linha, apenas por ser texto. Por ser produção simbólica e por ter linguagem na sua estrutura, não existe objetividade.

Outra hipótese que aventamos inicialmente e para a qual não encontramos sustentação é que o uso da primeira pessoa muda o foco para uma impressão do mediador. Para nossas referências, sobre todo o processo – e não só sobre a produção do texto -, resvala a impressão do mediador. E deveria resvalar mais, se a apuração ainda levasse os pés do repórter ao local em que o fato ocorreu. Não só falas e dados, mas a observação do local – seu físico, gestual, as impressões sobre, o semiótico, o cheiro, a cor -, tudo deve ser considerado no relato.

Também não confirmamos que o uso da primeira pessoa deve-se ao contexto atual em que a personalização e autorreferência sobrepujam as necessidades informativas. Notamos a presença da primeira pessoa bem anterior à pós-modernidade, intensificada durante o século XX e, embora existente ainda, com muito menos força no contexto atual.

Textos de Antonio Callado, Euclides da Cunha ou João do Rio, ao longo do século XX, traziam a primeira pessoa com mais frequência na forma, e o conteúdo deixava claro os processos de apuração.

Concluímos que o uso da terceira pessoa – e seu amparo em um discurso que considera a objetividade da produção textual -, tem fins ideológicos muito bem marcados e sua disseminação acontece por um processo desencadeado pela cultura de grupo que permeia as relações dentro da redação.

A análise realizada e os entendimentos acumulados até agora justificam o discurso da objetividade – e conseqüentemente a recusa do uso da primeira pessoa no texto jornalístico -, como um recurso ideológico de estabilização do jornalismo como reproduzidor da verdade. O leitor (ou interlocutor) acredita que tem, no relato jornalístico, o próprio fato da vida real o que não tem amparo nas

considerações teóricas acerca do uso da linguagem, que é, de fato, um produto de interações sociais, históricas e ideológicas.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARBEX JÚNIOR, J. O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Casa Amarela, 2003.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: As técnicas do Jornalismo**. Volume 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 5ª ed., 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. **Le principe dialogique**. Paris: Seuil, 1981.
- BARROS FILHO, Clóvis; BARTOLOZZI, Pedro Lozano. **Ética na comunicação: Da informação ao receptor**. São Paulo, Moderna: 1995.
- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: Edições Omnia, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador: Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov**. In: *Magia e técnica: a arte da política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Nacional/EdUSP, 1976.
- BORDIEU, Pierre.. **A Influência do Jornalismo**; Posfácio In: *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história Social de Mídia – De Gutemberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.
- DEFLEUR, Melvin. **Teorias da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ECO, Umberto. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva/EdUSP, 1974.
- EMERY, Edwin. **A História da Imprensa nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.
- FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística – Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: Por uma teoria marxista no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2011

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de Interacción**. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporâneo, 1967.

GOODE, Willian Josiah. HATT, Paul K. **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

HABERMAS, Jurgên. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERNANDES, N. A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

JACKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da Notícia**. Volume 5. Florianópolis: Insular, 4ª ed., 2012.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**. O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri: Manole, 2004.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. São Paulo: Forense Universitária, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos em comunicação**. Campinas: Pontes/Editora Unicamp, 2005.

MALBERG, Bertil. **Linguística Estructuraly e Comunicación Humana**. Madri: Gredos, 1969.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O escavador de silêncios**: formas de construir e de desconstruir sentidos na comunicação. São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espelho e a máscara**: o enigma da comunicação no caminho do meio. São Paulo: Discurso Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MEDINA, Cremilda. **Povo e Personagem**. Canoas: Editora Ulbra, 1996.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia**: Análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das Musas, 2004.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, L. C. A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

RESENDE, Fernando. **O jornalismo e a enunciação**: perspectivas para um narrador jornalista. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2005.

SILVA, Marconi Oliveira. **Era tudo mentira – A verdade Jornalística**. São Paulo: Intermeios, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STEINBERG, Charles S. (org.). **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

SULLIVAN, Margareth. **O delicado limite entre notícia e opinião**. Observatório de Imprensa, 2015. Disponível em: [www.observatoriodeimprensa.com.br/news/view/ed833\\_o\\_delicado\\_limite\\_entre\\_noticia\\_e\\_opinioao](http://www.observatoriodeimprensa.com.br/news/view/ed833_o_delicado_limite_entre_noticia_e_opinioao). Acesso em: 04/03/2015, às 15h24.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna – Teoria Social Crítica nas Era dos Meios de Comunicação de Massa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - Porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLTON, Dominique. **É precisa salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. **Informar não é Comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pensar a Comunicação**. Brasília: UnB, 1996.

## 8. ANEXOS

UNIVERSIDADE DO SAGRADO  
CORAÇÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: BU, Jornalista: O uso da primeira pessoa no discurso jornalístico contemporâneo

Pesquisador: Daniela Peres Bochembuco

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 44447315.9.0000.5602

Instituição Proponente: Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.079.152

Data da Relatório: 26/05/2015

Aprovação do Projeto:

Adequada.

Objetivo da Pesquisa:

Realizar um estudo acerca do uso da primeira pessoa como técnica discursiva no jornalismo impresso.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: não há.

Benefícios: construção de uma teoria que tenha aplicação prática e para que a sociedade tenha conhecimento atualizado do produto que consome como fonte primária de informação.

Comentário e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa envolverá o uso de observação não participante, coleta de dados e notas e inográficas sobre o fenômeno estudado e entrevistas iniciais com dez indivíduos, que somente participarão após assinatura do TCLE. Estudo documental por meio do levantamento de textos jornalísticos publicados pelo Jornal da Cidade de Bauru, duas desleproleto, para identificação das recorrências do uso de primeira pessoa nas matérias veiculadas, a fim de identificar as temáticas, os momentos e as circunstâncias em que tal técnica se mostra mais comum. Após essa etapa, uma pesquisa inográfica será realizada, com objetivo de cruzar as informações obtidas na pesquisa

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Endereço: Rua São Amador, nº 10-00, CEP: 13.211-100  
 UF: SP, Município: BAURU  
 Telefone: (14) 210-6100 E-mail: ppg@uol.com.br